

4

Novas Guerras, Segurança e violência

Apresentamos no capítulo anterior a literatura de Segurança e o tratamento dispensado por ela a violência. Vimos que a violência foi marginalizada, fazendo com que a relação produtiva entre teoria e prática fosse desfeita. Isso fez com que a Segurança deixasse de ser uma área que contribuía com o processo decisório, quando oferecia um instrumental analítico que produzia um conhecimento relevante ao burocrata para formular estratégias baseadas no uso da força. Nesse sentido, a violência como estratégia para atingir fins políticos deixou de ser o foco da Segurança, que se tornou a área onde as condições que impediam a sobrevivência passaram a ser debatidas, dificultando a sua relação com a formulação de estratégias políticas (Alexander, 1993, p. 140). Com essa marginalização da violência, temas como as novas guerras passaram a ser sub-explicados.

Este capítulo tem o objetivo de discutir a questão das novas guerras, de forma a evidenciar o papel assumido pela violência. As novas guerras se apresentam como um tema de relevância para as agendas políticas internacionais e trazem problemas para a paz e a estabilidade internacional. Ao discutirmos seus elementos e dinâmicas, mostramos que o uso deliberado da força para causar dano em outrem e, com isso, atingir fins políticos é um aspecto central para sua compreensão. Este capítulo pretende, também, mostrar que as novas guerras, como violência organizada, oferecem desafios diferentes aos formuladores de decisão daqueles impostos pelas guerras tradicionais. Para diferenciar esta forma de violência organizada das novas guerras, passaremos a nos referir a ela como “guerra tradicional”, “guerra trinitária” (van Creveld, 1991), em referência à trindade exército-governo-população clausewitziana, ou, ainda, de “guerra institucionalizada” (Holsti, 1996).⁹⁹

⁹⁹ Em outras oportunidades utilizamos o termo “guerra clausewitziana” para nos referirmos a essas guerras (Valença, 2006a), mas acreditamos que o fizemos de maneira imprecisa e errônea.

As novas guerras e as dinâmicas de violência que nelas incidem devem ser estudadas pelos teóricos da Segurança de forma a produzir conhecimento relevante e útil para os burocratas: “knowledge is relevant (...) if it establishes the range of possibilities for policy, and if it identifies the consequences of various courses of action (Lepgold e Nincic, 2001, p. 26). Resgatar a dimensão da violência na Segurança se mostra importante para oferecer ao burocrata o instrumental analítico para responder a esses desafios no campo da segurança.

Para expor nosso argumento, apresentamos as guerras tradicionais antes de discutir as novas guerras. Isso se torna importante porque é estabelecendo os eixos condutores do fenômeno da guerra que podemos discutir a existência ou não sua “versão mais nova”. Em outras palavras, ao estabelecermos elementos que norteiam as guerras tradicionais, podemos definir se as novas guerras são, de fato, novas.

Ao aceitar o novo como a compreensão de fenômenos sociais a partir de outras formas de enxergar a realidade e não apenas e tão simplesmente como um ineditismo, mostramos que a contribuição política e acadêmica de estudar essas guerras reside nos impactos que elas promovem nas agendas políticas e nas dinâmicas sociais. Alinhamo-nos com Alexander George quando este afirma que quanto mais precisa for a definição de um tema e a demarcação de seus limites ontológicos, mais bem encaixado ele se apresenta nas agendas políticas. Desta forma, as respostas oferecidas para os seus desafios poderão, igualmente, ser mais adequadas àquilo que delas se espera (George, 1993, p. 133).

Para tanto, partimos da definição operacional de guerra como “a violência organizada promovida pelas unidades políticas entre si” (Bull, 2002, p. 211). Essa definição é, como discutimos no capítulo dois, bastante precisa para definir um

A utilização do adjetivo “clausewitziano” sugeria, naquele trabalho, a distinção das novas guerras do modelo definido pelo general prussiano. No entanto, percebemos agora que esta terminologia, ao contrário de se referir a um modelo diferente de guerra, sugere uma alteração na sua natureza. Ademais, falar que a guerra não é mais clausewitziana poderia sugerir, por exemplo, a perda do seu caráter político (Levy, 2007, p. 19-20), o que é diametralmente oposto ao nosso pensamento. A guerra continua sendo um esforço político, visando submeter outrem à sua vontade, mantendo o ideal de Clausewitz vivo, mas através de um outro formato. Assim, ao nos referirmos à guerra nos moldes daquela travada na Europa nos séculos XVII em diante, optamos por usar esses termos.

fenômeno social e ampla o suficiente para não se restringir a um momento histórico determinado.¹⁰⁰

O conceito de guerra, quando combinado à definição de violência que norteia esta tese – o uso deliberado da força buscando fins políticos –, proporciona os três eixos analíticos que conduzem nosso trabalho. Estes são (i) a institucionalização do uso da violência, através da forma como a unidade política se estrutura para fazer a guerra em função de seus objetivos, (ii) o *warfare*, i.e., a forma como a violência é operacionalizada, e (iii) as dinâmicas econômicas que sustentam o empreendimento da guerra.¹⁰¹

Entendido o que tratamos por guerra e os eixos analíticos que a orienta, é importante entendermos o que significa o adjetivo “novo” que o acompanha: “novo”, em um primeiro momento, significa algo que não existia antes, em detrimento a um algo antigo sem implicar, necessariamente, ineditismo. O “novo” deve ser visto como recente, nunca antes visto ou, ainda, se já existente, que pode ser entendido sob uma perspectiva diferente daquela tradicional (Aurélio, 1999; Michaelis, 20--, sp.; Oxford, 2005, sp.).¹⁰²

Dessa maneira, ao contrário do que alguns críticos à idéia de novas guerras colocam (Newman, 2004; Fleming, 2008; Öberg et al, 2009), o fato de não serem um fenômeno completamente novo – inédito – não significa que o “novo” não possa ser utilizado para descrevê-las ou, ainda, que tal adjetivo seja erroneamente colocado para atrair maior atenção da mídia, do público e dos analistas políticos (Kalyvas, 2001, p. 117-118; Newman, 2004, p. 179 e 186). Para que algo seja considerado novo, o ineditismo é apenas uma das possibilidades. As novas guerras têm na sua “novidade” a mudança naqueles três eixos analíticos.

¹⁰⁰ O livro editado por Geoffrey Parker sobre a história da guerra começa com uma frase que pode ser considerada emblemática nesse sentido. Ao afirmar que “every culture develops its own way of war” (2005, p. 1), Parker deixa claro que a guerra é um fenômeno universal, mas a maneira como ela é lutada, o formato que ela assume, depende do contexto sócio-cultural analisado. Argumento semelhante é desenvolvido por John Keegan (1995, p. 41-64).

¹⁰¹ Cabe ressaltar que são esses três eixos que também estruturam a análise de Mary Kaldor sobre as novas guerras. Para ela, o novo das novas guerras está na mudança nesses eixos, o que constitui mais uma motivação para usarmos esse referencial.

¹⁰² Na mesma linha desta argumentação, Isabelle Duyvesteyn (2004, p. 439), ao discutir sobre um “novo” terrorismo, afirma que “[a]lternatively, the label ‘new’ can rightly be applied when it concerns seen-before phenomena but an unknown perspective or interpretation is developed, such as the theory of relativity or the idea that the earth is round.”

Como a originalidade está fortemente ligada a novidade no campo acadêmico, muito se busca reduzir o escopo da pesquisa para garantir o seu rigor e a sua originalidade (Lepgold e Nincic, 2001, p. 15). No entanto, para o burocrata, uma aproximação demasiada do objeto de estudos acaba por fugir do cenário mais amplo que caracteriza o processo de tomada de decisões.

Os problemas aqui estudados fugiriam dessa setorização demasiada que Lepgold e Nincic criticam, mostrando-se abertos à reflexão de qualquer um disposto a olhar com cuidado para as novas guerras. Nesse caso, e como expomos nas próximas seções, há aspectos que estão inseridos nas dinâmicas das novas guerras que já existiam nas guerras tradicionais, mas assumem nova dimensão, ganhando uma relevância que não possuíam antes graças às novas guerras.¹⁰³ Esse conhecimento deve ser transmitido ao formulador de decisões.

Deste modo, se no aspecto acadêmico o rigor de um estudo aprofundado sobre o tema se mostra importante, em termos políticos é preciso que esse estudo proporcione instrumental analítico útil para entender as consequências das escolhas e oferecer guias de ação. Ao nos focarmos nos eixos institucionalização-*warfare*-financiamento, acreditamos que contribuimos para ambas as esferas

Estudos históricos sobre o fenômeno da guerra podem apontar com precisão formas de violência, atores ou dinâmicas sociais presentes nas novas guerras que já existiam antes da década de 1980. Todavia, por não fazermos aqui um trabalho de História, a “novidade” que buscamos está nos impactos decorrentes de sua perspectiva política, que trazem reflexões que não eram realizadas anteriormente.¹⁰⁴

Pensar nesses eixos se mostra ainda particularmente importante porque a literatura que estuda a guerra, via de regra, se volta tão somente para a sua história (Keegan, 1995; Parker, 2005; Boot, 2006) ou para questões de defesa, sendo que neste caso o predomínio dos estudos estratégicos é notável (Gray, 1999; Proença

¹⁰³ Esse reconhecimento é feito pela própria Mary Kaldor, que popularizou o uso do termo a partir do seu livro *New & Old Wars* (2001): “the ‘new wars’ argument does reflect a new reality - a reality that was emerging before the end of the Cold War” (2005, p. 210).

¹⁰⁴ Um apanhado de trabalhos que discutem e analisam a história da guerra que podem ser tomados como referência por eventuais interessados pelo tema envolvem Keegan (1995), Parker (2005) e Boot (2006). Kaldor (2001), Newman (2004), Münkler (2005) e Fleming (2007) também dedicam parte de seus trabalhos a rever o papel e os elementos da guerra na história, ainda que não tenham esse foco específico.

et al, 1999; Baylis et al, 2002; Keegan, 2006).¹⁰⁵ A própria Segurança realista depende do Estado para realizar a sua teoria: o silêncio dos estudos de defesa e de história da guerra sobre as novas guerras implica o afastamento desse fenômeno da política, tal como não fosse relevante. Contudo, o Estado tal como descrito pelos realistas é apenas um cenário, digamos, ideal, nem sempre possível.

Desta forma, enfatizar o caráter político desse tipo de fenômeno de modo a localizá-lo temporalmente é importante. Guerra não é simplesmente um fenômeno que deve ser visto pela ótica da história, como algo que ficou marcado no tempo e hoje serve como fonte de curiosidade e conhecimento para os acadêmicos. Não deve, tampouco, se reduzir a apenas à dimensão da defesa, de sobrevivência e execução imediata, sem qualquer tipo de conexão com um contexto maior e mais amplo. O debate que trazemos aqui busca, assim, resgatar o papel da guerra e da violência no desenvolvimento de estratégias políticas, mantendo o tema relevante para a Segurança e – por que não – para as Relações Internacionais.

Para tentar solucionar esse problema e oferecer nossa contribuição na reflexão sobre as (novas) guerras, estruturamos o capítulo em duas partes maiores, subdivididas em seções que permitem analisar cada aspecto do argumento detalhadamente. Não pretendemos esgotar as perspectivas trazidas pelas novas guerras, mas perceber os impactos da violência na esfera social e como isso se diferencia das guerras tradicionais.

Em 4.1 trabalhamos as guerras tradicionais, individualizando e contextualizando os três eixos analíticos apontados nesta introdução na subseção 4.1.1. Isso nos permite explorar a institucionalização da guerra e a definição dos objetivos que motivam o uso da força, além da conduta na guerra durante o período de formação e consolidação dos Estados e das Relações Internacionais.

¹⁰⁵ Essa separação entre história militar e defesa quando se trata do estudo da guerra, quase como se constituindo dois campos diferentes do conhecimento, evidencia uma dicotomia entre as áreas civil e militar – John Keegan, no prefácio e na introdução ao seu livro de 1995, relata de maneira bastante precisa essa separação. Enquanto os primeiros seriam responsáveis por analisar o fenômeno da guerra e sua repercussão dentro da sociedade, os últimos se voltariam para perceber como a guerra se adequaria aos desafios encontrados.

Uma boa leitura que trata disso, mostrando como a defesa era competência dos militares e a contribuição civil se originava na repercussão e análise social dos impactos da guerra é Moran (2002), em seu estudo sobre a evolução e adequação dos estudos estratégicos ao longo dos últimos 400 anos. No mesmo sentido, cabe a lembrança à obra de Mary Kaldor (1991).

Mais importante, as guerras tradicionais permitiram que o uso da violência para fins políticos assumisse o caráter racional, identificando-se com a política, mesmo diante de um nível de destruição maciço que, aos observadores externos, aparenta ser contra-produtivo. Em 4.1.2 falamos da violência nas guerras tradicionais, da racionalidade que a motiva e do papel que ela desempenha para o ator político.

Em 4.2 trazemos o debate sobre as novas guerras, expostas a partir dos mesmos eixos analíticos das guerras tradicionais, para que o aspecto de “novo” possa ser verificado. O objetivo aqui é fazer a sua contraposição às guerras tradicionais e preparar o argumento que permitirá resgatar a relação produtiva entre teoria e prática na Segurança.

Inicialmente apresentamos em 4.2.1 as duas tipologias “maiores” de novas guerras, convergindo para o formato que trabalharemos nessa tese, inspirado na obra de Mary Kaldor (2001). A subseção 4.2.2 trabalha os três eixos analíticos da guerra. Evidenciamos as diferenças e mudanças em relação às guerras tradicionais, caracterizando o por que de nos referirmos a esses conflitos como novas guerras. Em 4.2.3 tratamos a questão da violência, expondo a dimensão e as dinâmicas que ela assume nas novas guerras. O papel assumido pela violência na guerra em função dessa mudança é discutido em 4.2.4.

4.1. As Guerras Tradicionais

Antes de abordarmos as novas guerras e os novos desafios ao formulador de decisões, é preciso discutir a guerra tradicionalmente entendida. Como apontado em outras ocasiões (Valença, 2006a, p. 27 e seguintes), a guerra tradicional é um conflito armado e continuado entre dois ou mais Estados. Ela seria travada por suas estruturas institucionais formais e claramente distinguíveis – as forças armadas. Seu objetivo último é fazer com que o outro lado se renda, de maneira a atingir objetivos politicamente definidos (Keegan, 1995, p. 39; Vasquez, 1993, p. 26).

A guerra tradicional assumiu importância histórica porque ajudou a promover e consolidar o modelo de organização do sistema internacional estatal

até os dias de hoje (Tilly, 1985, p. 183-184). Ademais, este fenômeno conduziu e moldou os estudos de Segurança realistas. Sua estrutura decorre do arranjo político europeu posterior à paz de Westphalia, em 1648,¹⁰⁶ que foi estendido até o final da Guerra Fria. Todavia, não constitui necessariamente um formato universalmente válido (Holsti, 1996, p. 13-14).¹⁰⁷

[t]he Third World of the twentieth century does not greatly resemble Europe of the sixteenth or seventeenth century. In no simple sense can we read the future of the Third World countries from the pasts of European countries (Tilly, 1985, p. 169).

Este modelo, prescrito durante o século XIX, corresponde às formas de beligerância predominantes àquele período, refletindo na formação de políticas e agendas internacionais desde então. As bases para se pensar em guerra foram lançadas e as críticas a ela deveriam seguir por essa seara.

A guerra permitiu que o Estado concentrasse o monopólio da violência em suas mãos, excluindo e deslegitimando outros atores enquanto procedia com a pacificação interna (Tilly, 1990): “states made war but wars also made states” (Parker, 2005, p. 8). Assim, a legitimação da guerra como instrumento de política internacional era uma manifestação normal da política e do sistema internacional de Estados, então em formação (Tilly, 1985, p. 184-185). A guerra assume as características dos atores envolvidos na beligerância: “organized violence should only be called ‘war’ if it were waged by the state, for the state, and against the state (...)” (van Creveld, 1991, p. 36).

Neste contexto, os três eixos analíticos se apresentam como indissociáveis. Ao girar em torno da figura do Estado, política, guerra e economia ocupam uma dimensão conjunta. A institucionalização da guerra, o seu *warfare* e o seu financiamento estão intimamente ligados ao processo de formação dos Estados.

¹⁰⁶ Sobre o processo de formação do Estado europeu, ver van Creveld (1999) e, de maneira mais objetiva, ver Holsti (1996, p. 41 e seguintes). Quanto a maneira como o poder de coerção e de uso da força foi concentrado nas mãos do Estado, mais especificamente na sua capacidade de produzir violência, ver Tilly, (1985), Kaldor (2001, p. 13 e seguintes) e Münkler (2005, p. 51 e seguintes). Ambos os temas são vastos e frutos de diversas obras na literatura de Relações Internacionais, mas as referências acima apresentadas são bons exemplos da discussão existente na disciplina.

¹⁰⁷ “Bureaucracies, taxation, and armies may be the hallmarks of the modern state but they are not unique to it as they were also standard structures of historical empires. The novel and significant aspects of the European state are its fixed territoriality, the concept of citizenship, and the doctrine of sovereignty” (Holsti, 1999, p. 296).

4.1.1.

Os eixos analíticos aplicados à guerra tradicional

A correlação estreita entre formação do Estado e guerra expressou as próprias dicotomias estabelecidas pelo Estado como ator político. De uma forma quase dialética, as condições necessárias para que a guerra fosse empreendida eram aquelas proporcionadas pela consolidação do Estado. Este, por sua vez, dependia da guerra para atingir seus interesses.

Mais do que a centralização do poder nas mãos do soberano, o que proporcionou o sucesso do Estado foi a separação entre o público e o privado (van Creveld, 1999, p. 127). A distinção entre os interesses do Estado e os do soberano, assim como do seu tesouro e do tesouro estatal, permitiu que o Estado assumisse uma racionalidade e complexidade sem antecedentes.

Deste modo, a separação entre o público e o privado deu origem a outras separações e distinções que, associadas as estruturas organizacionais então em desenvolvimento, contribuíram para o fortalecimento do novo ator político. Era um passo em direção à modernidade e racionalidade que marcariam a política européia a partir do século XVII (Kaldor, 2001, p. 16-17).

4.1.1.1.

A institucionalização da guerra

A institucionalização do Estado se dava em diferentes áreas, garantindo o funcionamento daquela máquina complexa. A criação de instâncias política e de servidores especializados em desempenhar rotinas administrativas proporcionou a padronização de certos procedimentos relativos à gestão do Estado, de modo a garantir-lhe a eficiência e também um espírito de conjunto que sustentaria a unidade estatal (van Creveld, 1999, p. 136). Com a guerra não foi diferente.

O seu empreendimento era por demais custoso. Até o século XVII, os soberanos dependiam de alianças e acordos com seus vassalos para ter acesso a homens e armas (van Creveld, 1999, p. 156-160). Outra opção era a contratação de grupos de mercenários para lutar sob seus estandartes. Mas isso não bastava para os propósitos do Estado.

A política do Estado se baseava em políticas de idéias (Kaldor, 2001, p. 77), i.e., planos coletivos e universalistas visando o futuro da comunidade política. As políticas de idéias traziam propostas ideológicas, nacionais ou culturais para congregar diferentes grupos sob uma mesma bandeira, assegurando a eles uma continuidade ao longo do tempo. A unidade do Estado não poderia depender da instabilidade desses grupos mercenários e a incerteza das alianças. O Estado deveria ser capaz de mobilizar sua própria força.

Graças à institucionalização do Estado e a separação do público e do privado, a mobilização se tornou possível. Criou-se um sistema de taxaço e tributação que permitiu a acumulação de recursos pelo Estado, formando o tesouro nacional. Ademais, mudou-se a natureza da pena imposta a infratores da lei, em um processo de pacificação interna (Kaldor, 2001, p. 10). As penas físicas deixaram de ser freqüentes e o Estado passou a utilizar penas pecuniárias. Essa mudança, ao mesmo tempo que legitimava a autoridade do Estado, impulsionava a economia estatal. Em conjunto com o apoio financeiro da burguesia em ascensão, as condições financeiras para empreender a guerra se tornaram possíveis, marcando o sucesso de um modelo de organização administrativa que se reproduziria pela Europa.

Com essa organização burocrática, o Estado desenvolvia as condições financeiras necessárias para manter um corpo armado permanente. O exército se tornava uma organização formal e hierarquizada conforme se dava a criação dos regimentos (Keegan, 1995, p. 31; van Creveld, 1999, p. 163-164). O soberano deixava de ser dependente de forças armadas externas, consolidando sob o seu poder os elementos e as capacidades materiais para promover a guerra. Os exércitos carregavam também as bandeiras e os símbolos do Estado, que os distinguia dos não-combatentes por seus uniformes e brasões (van Creveld, 1991, p. 36-37; Holsti, 1996, p. 20; Münkler, 2005, p. 15). Não obstante representarem a capacidade de fazer guerra, os regimentos e os exércitos estacionados expressavam os agentes que começariam a se tornar exclusivos na beligerância.

A guerra tradicional surge, assim, a partir de um esforço de burocratização institucional do Estado na tentativa de regular e ordenar o uso da força, tornando-a mais eficiente. O alto nível de institucionalização da guerra decorre, em grande parte, da própria adequação dos atores políticos nela envolvidos: os seus

procedimentos e limitações são característicos da própria natureza do Estado que se consolidava. Isso permite enxergar a guerra como uma estratégia racional de política voltada para atingir os interesses do Estado no plano internacional.

Desta forma, a institucionalização da guerra pressupunha o monopólio do uso da violência pelo Estado. Ao formalizar o exército como braço legítimo para utilização da força em seu nome, o Estado impõe a distinção entre combatentes e não-combatentes.

Em consonância com o papel exclusivo e excludente do exército na prática da guerra, o não-combatente saía de cena, fazendo com que a força dirigida contra essa categoria de atores fosse considerada excessiva e, posteriormente, irregular (Swinarski, 1991 e 1993): nasciam aí os princípios norteadores do Direito Internacional Humanitário (“DIH”) que justificava, normativa e legalmente, os limites impostos pela prática no ato da guerra.¹⁰⁸

O Estado, as forças armadas e a população civil – a trindade clausewitziana (Clausewitz, 2003, p. 30) – representariam entes distintos legal, política e estrategicamente, reforçando a estrutura institucional destas guerras e das que a sucederiam. Enquanto o governo decidiria rumos e diretrizes políticas que deveriam ser buscadas, as forças armadas seriam o instrumento para o alcance desses objetivos, aptos a se utilizarem da violência para tais fins. A população, excluída da prática da guerra tanto no pólo ativo quanto no passivo, participaria das dinâmicas da violência organizada sem, contudo, ser focada como alvo. Isso seria possível graças ao esforço de guerra, que fomentaria a economia da guerra.

Esse contexto caracteriza o alto grau de institucionalização da guerra e a torna indissociável da figura do Estado. A guerra era um instrumento de política

¹⁰⁸ Esses princípios seriam as normas do *jus in bello*, conjunto de regras estabelecidas para garantir que a violência da guerra não assumisse proporções consideradas desumanas para aqueles envolvidos na guerra, nem tampouco fosse direcionada para não-combatentes. Tal aparato jurídico, além de transmitir a noção da importância que o indivíduo assume em uma sociedade européia claramente influenciada pelo Iluminismo e com ideais retransmitidos para outras partes do mundo, servia também para assegurar que após a ocorrência da guerra haveria condições para que o Estado tornasse a realizar as suas atividades ordinárias. Desta forma, há uma preocupação em limitar a violência da guerra não apenas por conta do DIH e o foco no indivíduo, mas pela própria razão de Estado, de não sofrer danos que inviabilizem a manutenção de seu papel. Sobre o tema, Swinarski (1991 e 1993), Mello (2000, p. 1418-1422), Morris e McCoubrey (2002, p. 59-62) e Quoc Dinh et al (2003, p. 996-1001). A própria visão de guerra de Clausewitz é baseada nessa concepção que daria origem posteriormente ao DIH.

do Estado, uma estratégia à disposição do soberano. Como outras estratégias políticas, deveria apresentar eficiência e se adequar aos interesses do Estado.

4.1.1.2.

A dinâmica econômica que sustentava as guerras tradicionais

Para servir como estratégia de política, a guerra não deveria constituir em um ônus demasiado ao Estado. Ela deveria ser sustentada por sua própria dinâmica, de modo a não comprometer o Estado, seus interesses e sua política de idéias. A forma como ela era financiada deveria ser capaz de manter a sua estrutura organizacional e operacional.

Relembramos os processos mencionados que criaram a estrutura necessária para constituir o exército permanente. Os sistemas de taxaço e tributação proporcionavam ao Estado as condições para a manutenção dos exércitos em tempos de paz. Durante as guerras, quando os custos de operação aumentavam, a economia de guerra se mostrava fundamental para a continuidade desse tipo de organização. Ela se caracteriza por ser um esforço centralizado com a finalidade de oferecer as condições materiais e financeiras para que o Estado atinja seus objetivos. Em função da política de idéias e do projeto coletivo que visava o futuro dessa comunidade política, a mobilização do esforço coletivo pressupunha uma hierarquia de interesses que colocava os objetivos do Estado acima de eventuais interesses individuais e particulares que porventura existissem.¹⁰⁹

É esse esforço coletivo que mantinha o exército operante durante a guerra. Até mesmo em razão da excepcionalidade da guerra, o esforço econômico era algo temporário. A estratégia de usar a força não era uma condição que se perpetuava no tempo.

Mesmo se considerarmos a guerra como um ato complexo e formado por diversos “momentos” que, combinados, proporcionariam a sua continuidade, havia a previsão de um fim para o emprego da força. Ele cessaria quando os interesses fossem atingidos. A guerra, ressaltamos, era entendida como um meio

¹⁰⁹ Tal centralização de esforços, bem como a hierarquização de interesses que se percebe a partir da beligerância, indicaria de onde teria decorrido a inspiração das doutrinas de segurança nacional dos estudos realistas de Segurança.

para atingir os objetivos, não um fim em si mesmo. O mesmo pode ser dito da economia de guerra.

Assim, a mobilização proporcionada pelo esforço de guerra, se prolongada, afetaria as outras esferas do Estado, comprometendo a eficiência da estratégia da guerra. Seu financiamento, portanto, decorreria das estruturas institucionais do Estado: era a garantia de sua mobilização quando necessário. Mas deveria produzir os resultados esperados para se justificar política e racionalmente.

A institucionalização do Estado e a racionalidade que esse modelo organizacional implicava não poderia permitir a perpetuação do estado de guerra. Essa necessidade de eficiência acabaria por influenciar o seu método de operação, i.e., o seu *warfare*.

4.1.1.3.

O *warfare* das guerras tradicionais

A forma como a guerra é travada decorre diretamente da institucionalização que a cerca e dos recursos que permitem a sua execução. A figura do Estado proporcionava, pois, as condições para a guerra acontecer, mas também impunha limitações ao modo como ela era desenvolvida.

Como outras estratégias políticas, a guerra estava sujeita a certas regras e padrões de comportamento (van Creveld, 1991, p. 34; Clausewitz, 2003, p. 27). Esse nível de institucionalização, com a divisão dos papéis a serem cumpridos por cada um desses elementos da trindade, decorria de separações estruturais que evidenciam a distinção explícita

(i) do público e o privado, i.e., entre as atividades do Estado e o que não estaria sob sua competência; (ii) do interno e o externo, definindo os limites territoriais do Estado; (iii) do plano econômico e o político, com a coerção física não compondo as atividades econômicas; (iv) do plano civil e o militar, determinando o que faria parte da vida social e o que comporia a barbárie; e, finalmente, (v) do possuidor legal do direito de usar a força, os não-combatentes e os criminosos, delineando as fronteiras da guerra, da paz e da violência institucionalizada do Estado (Valença, 2006a, p. 29).

Assim, essas separações e distinções que caracterizavam a institucionalização da guerra demarcavam os limites e fronteiras do *warfare* das guerras tradicionais. O impacto direto e mais visível era na determinação do

agente legitimado a utilizar a força para fins políticos. Apenas o Estado o era e, mais especificamente, o seu braço armado, o exército. Pela separação institucional entre governo-exército-população, apenas o exército se envolveria na violência, tanto como pólo ativo quanto passivo. A guerra tradicional encontrava na racionalidade política a sua lógica de operação. Afinal, tratava-se de uma estratégia política, racional e pautada em regras e padrões de conduta.

As partes envolvidas na violência eram identificáveis por símbolos, bandeiras e distintivos, que traziam não apenas o lado a que pertenciam, mas também a sua posição na hierarquia militar.

Throughout the eighteenth (and nineteenth) centuries, the growing separation between armed forces and society manifested itself by two opposing trends. On the one hand, armies increasingly took upon themselves tasks which had previously been contracted out to civilians; such as engineering, supply, administration, medical, and even spiritual services, all of which were increasingly provided by men who themselves wore uniforms and were subject to military discipline. On the other, the developing body of international law – the law of nations (...) – tended to prohibit people who did not wear uniforms from taking part in their ruler's quarrels (van Creveld, 1999, p. 164).

Essa concepção de guerra e da estrita separação entre combatentes e não-combatentes impactava na forma como a violência era utilizada. A conduta na guerra não permitia sequer considerar emoções como determinantes para a ação, do soldado ou do Estado. Como a guerra era entendida como uma estratégia política, sentimentos e revanchismos não eram válidos como motivação para o emprego da violência – nem por parte do soberano, nem dos soldados. No caso desses últimos, eles eram adestrados para não questionar as ordens recebidas, agindo como que por instinto.¹¹⁰ Qualquer atitude que violasse a lógica e os propósitos da guerra eram atribuídos a forças irregulares, que não saberiam como se portar adequadamente diante da guerra.¹¹¹

¹¹⁰ Isso levava a extremos como a proibição de soldados uniformizados de falarem com não-combatentes. O receio era de que o estreitamento do contato levasse ao desvirtuamento das qualidades do exército e ocasionasse roubos e violência contra os não-combatentes (van Creveld, 1999, p. 164).

¹¹¹ Exemplo disso é o relato de John Keegan (1995, p. 24-26) sobre as impressões de Clausewitz diante do comportamento cossaco na batalha da Rússia. As ações dos cossacos sugeriam a Clausewitz que estas tribos eram bandidos, não soldados encarregados de participar de algo grandioso para a sua nação. Se não fosse pela dureza adquirida nos campos de batalha, Clausewitz afirma ter certeza que seu coração não agüentaria suportar tais imagens. Holsti (1996, p. 29-30), em argumento que pode ser entendido de forma semelhante, afirma que a intolerância quanto à prática da violência inconsequente teria motivações econômicas – o custo de se treinar e equipar um soldado é por demais elevado para expô-lo sem necessidade, daí o porquê de adestrá-lo

O comportamento exigido era, assim, racional e direcionado aos interesses do Estado, não havendo o espaço para o enriquecimento ou a satisfação pessoal. O *warfare* é estritamente moldado e direcionado pela política e para atingir os fins por ela estabelecidos. A magnitude do uso da força deveria refletir essa ambição. A guerra envolvia a busca por interesses vitais, logo a violência deveria retratar tal essencialidade dos interesses em disputa. A mobilização estatal sustentaria essa estratégia, na medida em que fosse razoável alcançá-la.

Todavia, apesar desse empenho máximo, refletido na defesa promovida por Clausewitz de que a guerra deveria ser lutada com todo o empenho e força necessários, isso não significava o uso indiscriminado da força. A violência nessas guerras era limitada,¹¹² visando exclusivamente atingir os objetivos políticos do Estado. A limitação é em relação à força necessária para atingir determinado objetivo: deve-se usar toda a força disponível, mas apenas o necessário para o sucesso da estratégia. Excessos, nesse sentido, seriam considerados prejudiciais à saúde financeira do Estado. Isso se devia a duas razões, que acabam complementando uma a outra e se relacionam à institucionalização da guerra.

O alto custo da guerra era um primeiro fator que afetava e limitava a escolha pela utilização da força. Não à toa, Clausewitz coloca que a guerra é utilizada apenas quando há interesses vitais para os Estados em jogo. Mobilizar as forças armadas para a guerra envolvia um esforço social, que repercutia nas contas públicas e nas condições enfrentadas pela população durante o esforço de guerra. Assim, quanto mais eficiente a guerra fosse – consumindo menos recursos e proporcionando os melhores resultados possíveis –, mais acertada sua utilização como estratégia política seria.

para agir dentro de certos limites. De toda forma, e seja qual for a explicação, havia a restrição quanto o tipo de violência que o soldado, representante do Estado, poderia praticar.

¹¹² Devemos deixar claro aqui que, em nenhum momento, sugerimos que a limitação da violência significa que não haja destruição e/ou uso da força em grandes proporções. A limitação a qual nos referimos visa evitar que o uso da força se dê em escalas desproporcionais aos objetivos buscados, i.e., que haja a violação das normas de conduta do *jus in bello* e das regras de engajamento dos exércitos. As convenções de Genebra (1864) e Haia (1899 e 1907, além do Protocolo Adicional n. 1 de 1977) são uma prova disso. Como bem trabalhado por Fleming (2008), as consequências do uso da força nas duas grandes guerras levou à destruição maciça de cidades e Estados, bem como à morte de centenas de milhares de pessoas, mas havia o fim político por trás de tal violência: “(...) war without law is not merely a monstrosity, but an impossibility” (van Creveld, 1991, p. 65).

A segunda razão se baseia na própria idéia de racionalidade que sustenta a institucionalização do Estado e da guerra. A separação entre governo, forças armadas e população evidencia o papel de cada um para o funcionamento e para a sobrevivência do Estado. A confusão entre esses membros da trindade clausewitziana quebraria a lógica do Estado, afetando a capacidade destes desempenharem seus papéis. A guerra civilizada acontecia na esfera dos exércitos (Keegan, 1995, p. 25-26), portanto o envolvimento de atores além das forças armadas regulares era vedado. Desta forma, a limitação da violência não diz respeito apenas à magnitude do uso da força, mas também aos agentes envolvidos.¹¹³

O DIH limitava e ordenava o uso da força para dirigi-lo de maneira eficiente aos interesses do Estado. Afinal, falamos de violência organizada e coletivamente promovida com fundamentos e interesses políticos.

Todavia, afirmar que a guerra é violência organizada não implica aceitar que a guerra se restringiria ou se esgotaria no uso da força. A guerra é, acima de tudo, um ato de política, ou seja, a violência organizada promovida legítima e exclusivamente pelo Estado tem como pressuposto a finalidade política e a racionalidade, não meramente a agressão ou a destruição: “war was used to raise the price that the enemy had to pay for maintaining (political) will, in the hope that they would be forced to give away” (Münkler, 2005, p. 36). É por isso que a idéia de guerra como continuação da política por outros meios, apresentada primeiramente por Clausewitz e inserida posteriormente no discurso das teorias de Relações Internacionais, é adequada para descrever as ações do Estado.

Por esses termos, a guerra não é a mera prática da violência, mas violência *organizada*. A inserção da violência na política estatal faria com que ela assumisse aspectos legítimos *desde que* utilizada para atingir objetivos racionais previamente definidos e que se adequassem a princípios internacionalmente aceitos (Smith, 2005, p. 33 e seguintes). A escolha racional que nortearia as decisões da política afastava o caráter e barbarismo geralmente atribuído à

¹¹³ Essas limitações não indicam que não haveria excessos na utilização da violência na guerra. Havia e não eram raros. Contudo, não eram tolerados como parte da guerra, mas efeitos colaterais das condições às quais os combatentes estavam submetidos (Keegan, 1995, p. 23-26; Kaldor, 2001, p. 25). A extrapolação dos limites da violência ia além do escopo da estratégia política e feria as normas de DIH.

violência (Levy, 2007). O que estava em jogo aqui era a finalidade para qual ela era utilizada, não a sua magnitude ou a sua atrocidade. O *warfare* das guerras tradicionais tem, assim, como característica preservar a estrutura institucional do Estado no seu relacionamento com seus pares. A violência seria limitada, mantendo a lógica utilitarista da política – caso fosse do interesse do Estado e caso as condições assim o permitissem, o uso da força seria possível.

4.1.2.

O papel da violência das guerras tradicionais

A dinâmica da guerra e a utilização da violência como um mecanismo para atingir os interesses políticos do ator político estatal produziam impactos tanto para a formação e consolidação do Estado ao longo do tempo, como também para as Relações Internacionais e para a Segurança como áreas conectadas à prática política. Encerramos esse estudo das guerras tradicionais com algumas considerações sobre o papel da violência, primeiro para o Estado, depois para a relação entre teoria e prática.

4.1.2.1.

A violência organizada para o Estado

A função da violência e do uso da força nas guerras tradicionais tem como objetivo proporcionar o alcance de fins políticos. Como colocado por Clausewitz, o emprego da violência pelo Estado nas guerras visa alcançar interesses vitais (Clausewitz, 2003, p. 16-18).

Essa violência é diretamente associada à prática política e à própria forma como os Estados, os atores políticos, se relacionariam. A guerra era uma dentre diversas estratégias que poderiam ser utilizadas para superar impasses e alcançar interesses obstaculizados por outros Estados.

Não obstante o nível de destruição que pudesse alcançar, a violência da guerra estatal assume uma natureza civilizada porque se dirigiria a fins políticos claros. Ademais, era limitada por normas escritas e costumeiras, regras de engajamento e pela própria natureza da política. O rótulo de guerra dado ao uso da força por parte dos Estados dava a legitimidade necessária para certas práticas

que não seriam permitidas em outras ocasiões (Keen, 2000, p. 19). A expressão “razão do Estado” diz muito sobre isso: a guerra era a violência utilizada para garantir os interesses do Estado e, por consequência, de sua população. Mesmo que às custas de interesses individuais, ela teria – em última instância – propósitos legítimos – ou legitimados pela prática política.

Neste sentido, e não obstante ser caracterizada a partir de um contexto histórico determinado, esse modelo de guerra/estratégia política influenciou documentos e normas internacionais, como a Carta da ONU e outros tantos acordos internacionais, consolidando o modelo ideal de guerra, regulado pelo direito internacional e por manuais diplomáticos (Henderson, 2010, p. 218-220). O termo “guerra” carregava, assim, a conotação de uma violência limitada, até entendida como civilizada, de certa forma:

[a]s a human institution, war is inevitably an evaluative practice and is equally inevitably subject, in a certain sense at least, to rules. In this context, it is in war that both the highs and the lows of human behaviour are most famously manifest, most especially the idea of the fusion of the individual and the collective, and the notion of sacrifice (Rengger e Kennedy-Pipe, 2008, p. 894).

No entanto, ao longo do século XX, a guerra como instrumento político teve sua legitimidade questionada.¹¹⁴ Por isso era objeto de deliberação e de incidência de normas, desde as condições para a sua aplicação, sua conduta e seu encerramento.

4.1.2.2.

A violência organizada para a Segurança

A violência vislumbrada pelos estudos de Segurança e que moldou a origem do campo, como apontado no capítulo anterior, é regulada e limitada pelos propósitos políticos do ator que dela se vale para atingir os seus fins. A caracterização da guerra dentro das estruturas institucionais e das figuras que seriam aptas a realizá-la permitiria que se separasse a violência organizada –

¹¹⁴ De fato, a ilegitimidade da guerra como instrumento de política foi primeiramente manifestada no Pacto Kellogg-Briand, de 1928 (MRE, 1928, sp.), ainda que seu não-uso fosse defendido desde a Carta da Liga das Nações, quase uma década antes (Kissinger, 1994, p. 218-245 e 332-349; Holsti, 1996, p. 4-6).

promovida em nome do Estado – do mero ato de agressão¹¹⁵. Ao fazer isso na delimitação de seu escopo, os estudos de Segurança vinculariam um problema empiricamente relevante à teorização necessária para criar leis e padrões de comportamento universalmente aplicáveis, mantendo um nível de abstração mais contido e próximo da realidade.

Desenvolvendo o conceito e seu escopo dentro de limites com os quais necessariamente precisariam lidar (George, 1993, p. xxiv), o tratamento dispensado à violência organizada pela Segurança adequava seu objeto de trabalho às demandas políticas, oferecendo respostas operacionalizáveis em estratégias políticas adequadas aos interesses buscados. Isso caracterizaria a relação produtiva entre teoria e prática no campo da Segurança.

Ao colocar o uso da força como uma ferramenta do Estado para atingir fins racionalmente estabelecidos e determinados, o barbarismo inerente ao uso da força estaria afastado, de maneira que o auxílio dos analistas e acadêmicos seria importante para formar diretrizes políticas para serem aplicadas pelos formuladores de decisão:

[t]hat is, the violence of war is regulated by its political purpose. When the purpose is to secure a dictated peace, the violence will be high. When the political objective is something less than a dictated peace, the violence will be proportionally less. In other words, war is an act of policy, not an act of violence (Hallet, 1996, p. 86-87).

Por isso podemos falar da relevância política buscada pela Segurança. Ao conduzir o objeto de estudos do campo – a violência organizada – para a esfera da política, promovendo-o como parte de diretrizes políticas para atingir os interesses do Estado, os estudiosos da Segurança conseguem perceber a motivação que se encontraria por detrás do uso da força (Lepgold e Nincic, 2001, p. 23). Em termos racionais, o uso da força assume uma dimensão política que justificaria a conexão entre teoria e prática. Para que esse caráter político se manifestasse, era necessário que os elementos que caracterizavam a política não apenas estivessem

¹¹⁵ O conceito de agressão foi adotado – ainda que em caráter recomendatório – pela ONU a partir da resolução n. 3314 (1974) da Assembleia Geral. Em poucas palavras, o artigo 1º da resolução classifica como agressão “(...) the use of armed force by a State against the sovereignty, territorial integrity or political independence of another State, or in any other manner inconsistent with the Charter of the United Nations”. A resolução continua por definir Estados e outros termos problemáticos, que não cabem ser examinados aqui.

presentes no objeto de análise do campo, mas também se adequassem às demandas dos formuladores de decisão.

A violência seria atrativa porque ajudaria a escapar das armadilhas do processo decisório interdependente: “[f]orce, unlike other ways of making decisions, is able to provide such an escape because it is a *unilateral* means” (Vasquez, 1993, p. 35, grifo original). A institucionalização política e a separação entre as esferas doméstica e internacional eram claras, fazendo com que o recurso à guerra se caracterizasse como um instrumento de política internacional, enquanto domesticamente haveria outros mecanismos de alocação de disputas que atenderiam aos interesses (Vasquez, 1993, p. 47).

Com o passar do tempo, entretanto, esse cenário foi se alterando, exigindo que a Segurança passasse a compreender novos desafios e novas formas de se encarar esses mecanismos de alocação de disputas. O cenário de tensão militar entre EUA e URSS se esvaziava, primeiramente com as novas políticas de *deterrence* e, posteriormente, com o aumento da interdependência entre os Estados, tornando a guerra cada vez mais custosa. As capacidades militares passavam a não mais importar na importância política de um Estado, dado que outras formas de interação predominavam nas relações internacionais (Keohane e Nye, 1977; Keohane e Axelrod, 1993).

Neste contexto, o uso da força pelos e entre os Estados perdia gradativamente espaço, trazendo uma nova perspectiva de segurança para a agenda política e acadêmica (Kolodziej, 1992a; Holsti, 1996). Mas a violência organizada continuava a existir e assumir outras formas de se manifestar. Os exércitos tradicionais começavam, entretanto, a se mostrarem irrelevantes para a responder a manifestações de violência, cada vez mais comuns (van Creveld, 1991; Kaldor, 2001; Snow, 2008). Nas palavras de R. Harrison Wagner (2007, p. x), “[w]ars do not require states; they merely require armies. Armies can exist without states, and states are among the possible by-products of conflicts among armies”. O uso da força entre os Estados se tornara menos provável, mas o mesmo não acontecia junto a outros atores e grupos políticos.

Em suma, o estudo da Segurança pressupõe não só a existência, mas também a presença do Estado. Por isso não há na história da guerra o espaço para as novas guerras, já que estas buscam romper com o Estado. As novas guerras

atuam no lócus deixado pelo não-Estado, evidenciando o contexto político que reclamamos acima, mas em um novo formato. É um cenário novo para a Segurança, mas esta não consegue – ou não deseja – reconhecê-lo.

Os realistas custavam a entender essa mudança como uma adequação natural do objeto da Segurança aos desafios contemporâneos; os liberais enxergavam outros problemas, anteriores ao uso da força, e percebiam outras questões que não demandavam o uso da força como foco da violência; teóricos críticos, por sua vez, percebiam a inadequação do Estado moderno europeu e a necessidade de proteger o indivíduo e outros referenciais de segurança de ameaças, silenciando certos tipos de violência para destacar outras. O uso da força assumia, para as teorias de Segurança, outros significados, empurrando para longe a importância da guerra. A violência foi marginalizada, bem como a maneira como ela passaria a afetar as agendas internacionais, acreditando que a ameaça da guerra se extinguiu.

4.2. As Novas Guerras

Durante a Guerra Fria, a Segurança, ligada aos pressupostos realistas, enxergava como objeto de estudo as possibilidades e condições que levariam ao uso, ao controle ou a ameaça de uso da força para atingir os fins buscados pelos Estados (Walt, 1991, p. 221). Focando-se em um fenômeno específico e bem delimitado, central para as diretrizes de política externa das principais potências, as teorias de Segurança montavam a sua área de trabalho e permitiam que a violência organizada inter-estatal excluísse outros eventos da categoria de objeto de análise e, portanto, ganhasse cada vez mais relevância. Voltava-se, pois, às condições que levariam e/ou impediriam que a guerra acontecesse entre Estados, as unidades políticas por excelência das relações internacionais. Outras formas de violência que não a de caráter militar e entre Estados eram silenciadas em nome da coerência intelectual e da capacidade explicativa do campo, bem como da sua competência para oferecer respostas politicamente úteis e viáveis.

Contudo, o fato de excluir a visibilidade desses fenômenos da esfera de análise da Segurança não significou seu desaparecimento: não houve, apenas, seu estudo sistemático pela Segurança. Enquanto a Guerra Fria marcava a tensão ideológica e política entre EUA e URSS, atraindo os holofotes para a possibilidade de armas nucleares e de uma nova guerra em escala mundial, em outras regiões do globo a preocupação era outra. Motivados pelo princípio da auto-determinação, grupos políticos buscavam, desde o final da II Guerra Mundial, romper com governos ilegítimos e estabelecer um governo novo, que os representasse (Holsti, 1996, p. 26). A forma como a violência e o uso da força se apresentavam na periferia não correspondia àquele modelo norte-americano de estudos de Segurança. Fala-se aqui também no uso deliberado da força para atingir fins políticos, mas não entre Estados.

Esses conflitos armados, acontecidos principalmente em Estados africanos e asiáticos, eram travadas entre grupos políticos domésticos contra outros grupos semelhantes ou contra a própria instituição do Estado. Abafados pelas disputas entre as superpotências, tais conflitos armados ficaram em hibernação e somente com o final da Guerra Fria foram resgatados – ou lembrados – por políticos e acadêmicos, sendo considerados a forma predominante de uso da força armada deste então (Kaldor, 2001, p. 1-2; Angstrom, 2005, sp.), tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos (Kolodziej, 1992b; Kritz, 2001; Gleditsch et al, 2002; Wimmer, 2004).

Os Estados deixavam de ser os principais atores – pode-se dizer, inclusive, que o Estado enfrentaria uma crise que culminaria, eventualmente, na sua ruína (Kaldor, 2001; Münkler, 2005; Fleming, 2008) –, abrindo espaço para novas coletividades organizadas na busca de seus objetivos. Ao mesmo tempo, e ainda tendo como arena o território estatal, estas guerras assumiam a dimensão internacionalizada que as mantinham na esfera dos estudos de relações internacionais (Berdal e Malone, 2000, p. 9-11; Ballentine, 2005; Andreas, 2008). As novas guerras surgem no locus deixado pelo não-Estado, evidenciando o cenário político descrito acima: não à toa elas não aparecem nos estudos de Segurança, sejam eles críticos ou tradicionalistas.

Assim, mais do que pensar em elementos e discursos de etnia e de diferenças insuperáveis entre os beligerantes, as novas guerras apresentam uma

dinâmica interna diferente, envolvendo aspectos que as tornam peculiares, ainda que não exatamente inéditas (Kaldor, 2005; Münkler, 2005; Andreas, 2008). Elas relembriam as guerras pré-estatais européias, tanto pela dinâmica entre os beligerantes quanto pelas práticas de manutenção da violência e da busca por objetivos:

[t]hus, while it is intellectually fashionable to make bold pronouncements regarding the emergence of ‘new wars’ and ‘postmodern warfare’ in which irregular forces increasingly eclipse traditional armies, these historical parallels provoke a strong sense of déjà vu (Andreas, 2008, p. 162).

Tais elementos contribuiriam para o *spill-over* do conflito armado para regiões próximas, agravando o cenário de insegurança e instabilidade. As novas guerras, por mais que achassem sua origem no interior dos Estados, propagavam-se de tal maneira que passavam a se tornar um problema de ordem internacional, ao contrário das “antigas” guerras civis, que teriam impacto local, mais restrito.

Indo de encontro às perspectivas tradicionais de encarar a guerras, esses novos conflitos armados se assemelhavam a embates não-institucionalizados onde a separação da trindade clausewitziana – o governo, o exército e a população – não era mais perceptível (van Creveld, 1991, p. 51). Se na guerra institucionalizada o uso da violência era compatível e aceitável dentro dos limites da política, justamente pela presença do Estado e da suposição de racionalidade decorrente dele, com as novas guerras e a perda de importância estatal, o papel da violência como instrumento racional de política passa a ser questionado.

Mais do que a sua magnitude ou a ferocidade que a violência assumia nesses conflitos armados, o que estava em jogo era a legitimidade e, conseqüentemente, a civilidade por trás do uso da força. Como os Estados passavam a ter participação secundária nessas guerras, a violência assumia proporções que levavam a crer na perda da sua racionalidade: não se achava mais o propósito político que permitiria que falássemos de violência organizada para um fim, mas sim de práticas violentas que não poderiam ser explicadas racionalmente. Desde então, a forma como a guerra passou a ser encarada se modificou, obrigando que o formulador de políticas desenvolvesse respostas adequadas para solucionar tais problemas.

Entretanto, mesmo com essa aparente barbárie, as novas guerras continuavam a apresentar elementos que permitiam que elas fossem identificadas

como violência organizada. A guerra visava atingir fins políticos, ainda que não os tradicionalmente entendidos. A violência era representada pelo uso deliberado da força para atingir fins políticos, ainda que o uso da força não fosse mais armado, se dirigindo a outras dimensões da sociedade. Os beligerantes se organizavam em grupos com referenciais identitários que permitiam que fossem identificados, ainda que isto fosse mais difícil no campo de batalha – que deixou de ser isolado da sociedade e passou a ser parte integrante da vida social.

4.2.1.

Situando a origem histórica: convergindo as tipologias para um modelo comum

As novas guerras decorrem de uma nova forma de violência organizada percebida na segunda metade do século XX e que desafiaria a forma tradicional de se entender a guerra. Alguns autores apontam que essa nova forma de violência organizada representava a mudança na natureza da guerra, que se deu a partir da quebra da institucionalização característica desse fenômeno social. Do fim da institucionalização e da separação entre governo, exército e população decorreria a quebra da politização da violência organizada e, com ela, o barbarismo e o excesso no uso da força (van Creveld, 1991; Snow, 2008; Öberg et al, 2009). A perda desses limites afastaria os propósitos políticos da guerra. Outra parte da literatura trabalha com a hipótese de que não houve mudança na natureza da guerra, mas na natureza da própria violência. Este grupo de autores enxerga na mudança dos atores envolvidos e dos objetivos buscados uma nova maneira de se enxergar a guerra, mas não a mudança da sua essência.

A incidência de elementos como a globalização¹¹⁶, a privatização da força, identidade e legitimidade, além de recursos naturais afetariam os objetivos a serem buscados e a maneira como a força é utilizada, mas a escolha racional e a

¹¹⁶ Por globalização entendemos os processos que permitem e/ou acarretam "the widening and deepening of economic, political, social and cultural interdependence and interconnectedness" (Berdal, 2003). Esse alargamento e aprofundamento dessas relações acontece de forma mais intensa, qualitativamente diferente do que acontecia antes da década de 1980 (Kaldor, 2001, p. 3). Esta é uma definição ampla e aberta a diferentes tipos de críticas, como a desenvolvida por Jan Scholte em seu artigo de 2002 sobre como o termo assumiu uma dimensão tão ampla que acabou perdendo o sentido. Reconhecemos o problema em conceituar o termo "globalização" e, portanto, o utilizaremos de forma meramente instrumental.

lógica política se manteriam (Holsti, 1996; Kaldor, 2001, p. 77-79; Klare, 2002; Münkler, 2005; Snow, 2008). De todo modo, as respostas não vinham da área da Segurança, mas de campos correlatos. A Segurança pressupunha a presença do Estado ou, ao menos, de um espaço político aonde as relações sociais pudessem acontecer – algo que o “barbarismo” das novas guerras aparentemente afastava.

Em sentido contrário, há toda uma literatura que nega a novidade das novas guerras, acusando a falta de evidências para uma conceituação precisa do fenômeno (Jung, 2005, p. 432). Ao colocarem que não há mudança na natureza da guerra, pois esta continua sendo a ameaça e o uso da violência organizada para atingir fins políticos, esse grupo reafirma a natureza política da guerra e da sua violência (Angstrom, 2005, sp.), mesmo que o formato analisado não corresponda à guerra européia (Keegan, 1995, p. 28; Mares, 2001, p. 6-7; Parker, 2005a). Ao mesmo tempo, essa suposta mudança na natureza da violência é criticada por uma falta de perspectiva histórica daqueles que trabalham com o tema (Newman, 2004), limitando a compreensão de que muitas das inovações trazidas pelas novas guerras já estavam presentes desde o século XVII (Kalyvas, 2001; Berdal, 2003). Dessa maneira, de novas as novas guerras nada teriam, consistindo apenas em releituras de fenômenos já existentes sob uma ótica contemporânea (Fleming, 2008; Öberg et al, 2009).

Discordamos dessas críticas. As novas guerras podem não oferecer inovações quanto à prática da violência ou aos alvos, mas representam um fenômeno crescente e que desafia a Segurança, questionando as políticas internacionais de prevenção e transformação de conflitos (Hamann, 2007, p. 242-243). Ademais, colocam em xeque a própria concepção de racionalidade e relevância política que cercam as agendas internacionais. A guerra é um instrumento e está subordinada à política: encarar a política como estatal é enxergar a guerra como ligada ao Estado, como o faz aqueles que trabalham com a idéia tradicional de guerra (Angstrom, 2005, sp.). Ao evidenciarmos que outros atores podem usar racionalmente a guerra, percebemos novas ameaças que pairam sobre esses atores e sobre a sua segurança, trazendo-os para a esfera política e mostrando a importância de se estudá-los.

Toda guerra difere de outras em face dos atores envolvidos, objetivos buscados, causas que motivaram a beligerância, entre outras razões (Garnett,

2002; Cashman e Robinson, 2007), mas não é essa a questão que torna novas as novas guerras. Estas apresentam peculiaridades em suas dinâmicas que permitem que percebamos elementos, sociopolíticos econômicos, que são contextuais a elas e que as colocam como objetos de agendas políticas, não só pela sua ocorrência propriamente dita, mas pelos impactos por elas produzidos.

Baseados nessa leitura das peculiaridades das novas guerras e da maneira como elas surgem no cenário internacional, podemos dividir a literatura em duas correntes, grosso modo (Keen, 1998, p. 9-10; Öberg et al, 2009, p. 509). A primeira defende a mudança na guerra a partir do final da II Guerra Mundial (van Creveld, 1991; Holsti, 1996). A segunda corrente identifica no final da Guerra Fria o elemento catalisador para a mudança na compreensão da guerra (Holsti, 1999; Kaldor, 2001, p. 1-2; Münkler, 2005, p. 3; Snow, 2008). Ainda que partindo de momentos e condições distintas de aparecimento, essas duas tendências convergiriam na explicação da dinâmica do conflito armado.

4.2.1.1.

As novas guerras do pós-II Guerra Mundial

Aqueles que defendem o final da II Guerra Mundial como ponto de inflexão para o estudo das novas guerras apontam que essa mudança decorre, principalmente, dos movimentos de libertação baseados no princípio da autodeterminação dos povos. Estes buscavam a ruptura com um governo considerado ilegítimo e o estabelecimento de uma nova forma de governança, além de um ordenamento eficiente para os interesses dos beligerantes. As manifestações por independência, principalmente nos continentes africano e asiático, conduziam a uma nova forma de conflito armado que não se adequava nos moldes inter-estatais que predominaram no século XIX e naquela primeira metade do século XX. Acontecendo na periferia, elas não eram enxergadas pela Segurança realista.

Kalevi Holsti (1996, p. 21) entende estes conflitos como frutos dos enfrentamentos entre grupos políticos domésticos em função da fragilidade estatal e do questionamento de sua autoridade sobre aquela comunidade, agravada pelo aumento no número de Estados desde 1945. As suas comunidades questionavam

o governo sob a alegação de ilegitimidade. A beligerância se dava contra a autoridade do Estado ou contra outros grupos privados armados, quebrando a distinção entre civis, soldados e participantes externos. A estrutura trinitária desaparece e o uso da força é dirigido contra grupos políticos rivais, tentando restabelecer a autoridade estatal usurpada pelo governo, considerado ilegítimo. A esse fenômeno Holsti chama de guerras de terceiro tipo, i.e., guerras internas com o objetivo de politizar as massas.

Diante da ilegitimidade do Estado, Martin van Creveld (1991) percebe a ruptura da trindade clausewitziana, abrindo espaço para outros atores no jogo político que, de certo modo, obtêm posição de maior destaque através de ações análogas ao uso da força militar. A esses conflitos armados ele referir-se-ia como “conflitos de baixa intensidade” ou “guerras em pequena escala” (1991, p. 20-21 e 207). Estas seriam conflitos armados que utilizam armas de pouca capacidade de destruição individual que aconteceriam em partes não-desenvolvidas do mundo e envolveriam uma variedade de atores, como rebeldes, soldados e civis. Conforme o Estado é questionado durante os processos de descolonização, maior é a incidência dessas formas de guerra. O caráter político se manteria com o uso da violência para atingir os interesses dos envolvidos e com a contestação da autoridade estatal.

A mudança percebida na guerra se devia, para estes autores, aos Estados que nasciam da (re-)organização do sistema internacional em dois blocos ideológicos e viam sua legitimidade institucional sob dúvidas desde a sua gênese. Tal arranjo se tornaria um problema, visto que suas fronteiras, ao contrário do que acontecera na Europa alguns séculos antes, não representavam a idéia de comunidade (Gurr e Harff, 1994; Holsti, 1996; Agnew, 2000). Problemas já existentes nessas regiões eram agravados pela convivência forçada entre diferentes grupos, muitas vezes adversários históricos, fazendo com que a instabilidade fosse a tônica nesses Estados. Essa instabilidade geraria disputas, apoiadas por uma superpotência ou pela outra, até que um grupo predominasse (Dannreuther, 2007, p. 126-128). A ilegitimidade e a incerteza sobre o futuro político do Estado resultariam em conflitos endêmicos. Um futuro de anarquia esperaria esses Estados, refletindo no cenário de guerra civil constante (Kaplan, 1994). O resultado dessa turbulência

política seria a fraqueza institucional desses Estados que, instáveis, se tornariam um risco para o sistema internacional.

4.2.1.2.

As novas guerras do pós-Guerra Fria

Já aqueles que situam o surgimento das novas guerras no pós-Guerra Fria, se por um lado também identificam problemas de ordem estatal, especialmente diante da insuficiência da prestação de serviços políticos à sua população e da ilegitimidade política, por outro atribuem aos processos de globalização e aos avanços tecnológicos grande importância na prática da guerra. A tecnologia e a globalização estreitariam os laços entre grupos que compartilhassem ideais semelhantes, levando a um descolamento das fronteiras estatais na busca por valores e objetivos, internacionalizando pleitos até então domésticos e/ou locais.

O cenário de (proto-)anarquia interna e da confusão entre os envolvidos e os não-envolvidos na prática da violência criava um ambiente propício para a depredação do Estado e à busca por interesses de forma predatória. Essa dinâmica atuaria tal como uma força centrípeta, mantendo o estado de beligerância. Diferentemente das “novas guerras pós-1945”, as novas guerras surgidas ao final da Guerra Fria tinham como objetivo a manutenção de uma ordem paralela, estranha à estatal, que beneficiasse os beligerantes (Andreas, 2008). Aqui não se fala em projetos para o futuro visando a consolidação do Estado, mas de formas alternativas de organização política e de sobrevivência, física e econômica. As novas guerras, ao contrário das guerras tradicionais, não formariam uma unidade política, mas objetivavam a sua ruptura.

Mary Kaldor (2001) vê as novas guerras como afetadas diretamente pelos processos de globalização surgidos a partir da década de 1980, que repercutiriam na guerra através da alteração dos seus objetivos, do *warfare* e das formas de relação econômica. A principal revolução militar dessas guerras é a revolução nas relações sociais da guerra. Mais do que o mero reconhecimento de ilegitimidade política, as novas guerras envolveriam choques entre identidades políticas anteriores à estatal, que romperiam o processo de homogeneização nacional, impedindo e sabotando qualquer projeto coletivo visando o futuro. A violência se

basearia em políticas de identidade que visavam a eliminação da diferença e do diferente, mas que permitiam a manutenção de laços utilitaristas de cooperação, mesmo entre rivais. O embate entre essas identidades políticas implicaria a busca por controle político e não mais o enfrentamento visando a vitória militar e o transbordamento das identidades. Estas não mais seriam apenas locais e nacionais, mas globais e transnacionais, motivadas e mobilizadas por avanços tecnológicos.

Herfried Münkler (2005) também enxerga a globalização como tendo grande importância nas agendas das novas guerras, mas se afasta da questão identitária para estudar os elementos econômicos que as cercam. Para ele, a globalização às escondidas¹¹⁷ incentivaria a violência por parte dos grupos políticos, rompendo com o monopólio do Estado na medida em que a privatização da violência tornaria a guerra economicamente rentável novamente. Dessa forma, a manutenção da beligerância, ao mesmo tempo em que evidenciaria o comportamento predatório contra o Estado, garantiria positivamente a perpetuação das condições sociais e econômicas dos grupos envolvidos. O problema aqui não são as identidades, mas a mercantilização da violência, que geraria uma nova assimetria entre as partes (Münkler, 2005, p. 30-31): “war can be a continuation of business by clandestine means” (Andreas, 2008, p. 15).

O conceito de guerras de quarta geração foi apresentado por William Lind, em 1989, que afirmava que as guerras no futuro seriam diferentes das anteriores por se basearem no declínio do Estado (Fleming, 2008, p. 216). Este tipo de guerra seria parte de um processo histórico que marcou a guerra nos últimos séculos e que a manteria atrelada às dinâmicas sociais nas quais estava inserida:¹¹⁸ através do uso de recursos políticos, econômicos, sociais e militares, as guerras de quarta geração se inseririam no contexto da globalização. Combatentes e não-combatentes são tratados de forma indistinta nestas guerras, assim como o espaço da violência também não se mostraria diferente das zonas de paz (Snow, 2008,

¹¹⁷ No inglês, em original, *shadow globalization* (Münkler, 2005, p. 9-10).

¹¹⁸ As guerras de primeira geração seriam as decorrentes da Paz de Westphalia, quando houve o monopólio do Estado da violência organizada. A organização da guerra era essencialmente militar e a separação institucional explícita – era a trindade de Clausewitz. A segunda geração da guerra foi marcada pela I Guerra Mundial e comportava um grande nível de destruição decorrente de bombardeios e ataques de infantaria. A terceira geração da guerra era um produto da I Guerra Mundial, mas se baseava mais em velocidade do que no atrito, buscando destruir o inimigo de maneira rápida (Fleming, 2008, p. 216).

p. 304), retornando ao modelo de violência percebido antes da existência do Estado, mas se valendo de todos os recursos que essa organização política ofereceria aos beligerantes (Bassiouni, 2008). A vitória militar foi deixada para segundo plano, fazendo com que o conflito armado se prolongasse por décadas: “[t]hese immediate agendas (...) may significantly prolong civil war (...)” (Keen, 2000, p. 25). O objetivo, semelhante às descrições das novas guerras de Kaldor e Münkler, se dirigiria à ruptura da organização política do Estado oponente.

Donald Snow apresenta ainda um novo formato de violência surgida a partir da década de 1990, mas com características localizadas na Guerra Fria, a qual ele chama de novas guerras internas (Snow, 2008, p. 311 e seguintes). As novas guerras internas teriam propósitos egoísticos, que não se voltavam para a comunidade política, mas para os grupos envolvidos no conflito e seus próprios interesses. Elas apresentariam confusão no tratamento dispensado a civis e combatentes, bem como se dirigiriam à estrutura política, mas a selvageria que decorreria da violência praticada na guerra as difeririam das guerras de quarta geração: o objetivo é destruir o Estado. Ao separar dois tipos de guerra cujos objetivos se aproximariam, Snow reforça o argumento, já exposto, de que a violência organizada entre Estados é aceitável e limitada, enquanto atos de violência fora da esfera estadocêntrica são bárbaros e destrutivos.

4.2.1.3.

Em busca de uma síntese: uma convergência conceitual

Mesmo partindo de referenciais históricos diferentes, essas duas correntes convergem ao apontar elementos em comum, como o problema do Estado como ator político legítimo ou, ao menos, capaz de exercer o monopólio do uso da força de maneira coerente e a confusão entre combatentes e não-combatentes. Independentemente da origem das novas guerras residir em manifestações pela autodeterminação de povos ou decorrer da homogeneização forçada pelo estreitamento dos processos de globalização, podemos afirmar que a maneira como os beligerantes se comportam e como a dinâmica do *warfare* se desenvolve se aproximam de um referencial comum.

Diante das definições trazidas pela literatura, defendemos um diálogo entre esses “blocos” de autores para uma melhor compreensão deste fenômeno. As novas guerras devem ser entendidas como conflitos armados não-institucionalizados de natureza intra-estatal e de longa duração que envolvem uma miríade de unidades políticas, especialmente não-estatais, em ambos os pólos da violência, cujo objetivo específico não é militar, mas envolveria aspectos econômicos e políticos. Dentre suas causas estão o questionamento das características do Estado, desenvolvendo uma cultura onde o recurso à violência faz com que guerra e paz se sobreponham, confundido-se.

As partes envolvidas seriam grupos, privados ou não, organizados através de critérios étnicos, políticos, culturais, ou qualquer outro laço que os identifique.¹¹⁹ A quebra dos padrões tradicionais de violência permitiriam seu uso instrumental, conforme o interesse a ser atingido, podendo envolver o uso da força armada, da coerção econômica e de elementos sociais para atingir fins políticos: o adversário seria criado a partir de rótulos e de discursos políticos. Em razão disto, as novas guerras ultrapassariam as fronteiras estatais, trazendo novos grupos para o conflito armado, motivados pela identificação com os beligerantes.

O acesso a armamentos, a cooptação de indivíduos diante da natureza predatória da guerra e a dependência de financiamento externo para manutenção da violência são aspectos que ajudam as novas guerras a se manterem ativas: “(...) this would appear to be a predatory political formation that requires permanent, or at least intermittent, conflict” (Keen, 2000, p. 34) Estes aspectos são facilitados e influenciados pelo fim da bipolaridade característica da Guerra Fria,¹²⁰ além da intensificação dos processos de globalização.

¹¹⁹ Deve-se ficar claro que ao falarmos de qualquer outro laço que identifique esses grupos não estamos nos referindo, necessariamente, a questões de identidade, mas de reconhecimento de formas de organização que podem unir indivíduos em torno de um objetivo comum. Não é nosso objetivo problematizar como as identidades são formadas ou alteradas, mas apenas indicar a possibilidade de agrupamentos a partir do reconhecimento da semelhança e da diferença. Mais uma vez ressaltamos que não é nosso objetivo trabalhar como as identidades são criadas e desenvolvidas. Quando falamos de identidades e rótulos identitários legitimando os discursos de poder, não nos referimos exclusivamente a elementos de natureza cultural ou étnica; as identidades que unem os grupos podem ser também de caráter ideológico, representatividade política ou qualquer outra forma de conexão entre indivíduos e grupos, que os permita se enxergar como buscando os mesmos valores e ideais (Holsti, 1996).

¹²⁰ Mesmo aqueles que enxergam a mudança da guerra teria acontecido no pós-1945 entendem que o fim da Guerra Fria diminuiu os incentivos para o controle da violência intra-estatal, permitindo que tensões antes contidas pelas superpotências – além do controle sobre o

Essa conceitualização das novas guerras não nos afasta da definição de Bull, que explicamos orientar nosso trabalho. Por ser essa definição compatível com vários momentos, teorias e cenários políticos, buscamos, através da convergência entre essas duas perspectivas, aproximar referenciais diferentes sobre o que seriam as novas guerras. Isso permite que compreendamos melhor os eixos de análise apontados, adequando-os ao contexto político das novas guerras.

Depois de oferecer uma definição que recebesse contribuições de diversas partes da literatura sobre novas guerras, apresentamos agora nossa leitura sobre as peculiaridades que cercam as novas guerras para explicitar a carência da literatura de Segurança acerca da questão da violência. Utilizamos como linha condutora o trabalho de Kaldor (2001), complementando-o e aprofundando-o com a contribuição de outros autores, especialmente a reflexão sobre o papel economicista da violência trazido por David Keen. Com isso, podemos entender melhor quais os desafios colocados à Segurança e ao que essas teorias devem responder para se tornarem aptas a estabelecer uma relação produtiva entre teoria e prática.

4.2.2.

Os eixos analíticos da guerra nas novas guerras: mudanças nas dinâmicas

A ruptura da bipolaridade característica da Guerra Fria é apontada como o ponto nevrálgico para a mudança na compreensão da guerra (Kaldor, 2001, p. 83; Münkler, 2005, p. 5-8; Fleming, 2008), permitindo o questionamento da figura estatal, que se torna mera referência espacial. Esse questionamento promoveu um cenário de instabilidade e ruptura que se repetia em diferentes locais do globo.

O controle exercido pelas superpotências sobre suas áreas de influência, que durante quase quarenta anos mitigou a probabilidade de guerras e conflitos armados acontecerem, deixou de ser exercido. Havia agora “carta branca” não só para manifestações por autonomia e independência, mas também para movimentos autoritários que buscavam centralizar o poder nas mãos de uma elite:

estoque de armas e equipamento bélico de seus aliados – escalassem para grandes proporções sem a vigilância que até então existia (Öberg et al, 2009, p. 511), tal como em um vácuo de segurança (Singer, 2001, p. 193-195).

[t]he end of the Cold War, by boosting pro-democracy movements and reducing outside support for abusive regimes, has increased the pressure on unrepresentative governments, making them more likely to resort to violence (Keen, 1998, p. 36).

A convergência conceitual que apresentamos na seção 4.1.2.3 nos permite pensar as novas guerras a partir de elementos que as distinguiriam das guerras tradicionais,¹²¹ especialmente se considerarmos esse cenário encontrado no pós-Guerra Fria. Um aspecto em especial marcaria a mudança na natureza da violência nas novas guerras: o papel social que o uso da força assume nas sociedades afetadas pelas guerras, quase como uma função economicista. Esse papel evidencia que a violência deixa de ser um recurso de política do Estado para se tornar um elemento da interação inter- e intra-grupos, não apenas ressaltando novas dinâmicas decorrentes do uso da força, mas também marcando a mudança nas relações sociais.

Para entender a mudança do papel social da violência, retomamos os três eixos analíticos que expusemos anteriormente. Eles serão resgatados a partir de (i) os seus objetivos, evidenciados pela quebra da institucionalização da guerra, (ii) o método através do qual as guerras são lutadas, com a instrumentalização de práticas de inclusão e exclusão através das políticas de identidade, e (iii) a economia que sustentaria esses conflitos armados.

¹²¹ Cada autor, até mesmo em função da sua tipologia e da definição que oferece de novas guerras, assume alguns aspectos como mais importantes em detrimento de outros. Mary Kaldor (2001, p. 6) define as novas guerras a partir de três elementos, que são os objetivos, os métodos de fazer a guerra e o seu financiamento. Collin Fleming (2008, p. 215) refina os elementos de Kaldor transformando-os em aspectos mais abstratos, respectivamente os motivos, os métodos e a estrutura da guerra. De forma semelhante, Öberg et al (2009, p. 510) também apostam em três elementos, mas são mais precisos quanto à localização das mudanças no contexto internacional e nos fenômenos políticos e sociais que decorreriam dessa inserção. Os autores apontam uma maior atenção às identidades na política (os objetivos de Kaldor) e ressaltaria a influência e os impactos dos processos de globalização nos conflitos armados, especialmente no papel do Estado e nas relações econômicas (englobando o financiamento e o método do *warfare*). Ademais, colocariam a atenção no fim da bipolaridade internacional, que permitiria uma maior “liberdade” para a prática da violência intra-estatal. Münkler, finalmente, ao dar maior importância aos impactos econômicos promovidos pela globalização, enxerga na privatização da força militar as condições que permitiriam uma nova assimetria de poder, permitindo que formas “alternativas” de praticar a violência surjam. Podemos perceber nessa preocupação em tipificar e categorizar os aspectos que diferenciam as novas guerras das guerras tradicionais uma constante remição aos conceitos de Kaldor, o que justifica nosso foco na sua definição para trabalhar a idéia de novas guerras.

4.2.2.1.

A Quebra da Institucionalização e a Mudança nos Objetivos

Uma das principais características apontadas pelos autores que trabalham com as novas guerras é a mudança nos seus objetivos e como isso impacta na estrutura do Estado. Essa característica acaba por influenciar, também, as duas outras que serão trabalhadas neste capítulo, i.e., o *warfare* e o financiamento desse tipo de conflito armado.

Diferentemente das guerras tradicionais, que se focavam em um objetivo no futuro e de caráter universalista e agregador, as novas guerras não apresentam o caráter de *state building* que marcou a guerra nos séculos XVII e seguintes. Sua dinâmica leva à um comportamento predatório que é estimulado pelos beligerantes, que enxergam na política da guerra benefícios maiores do que aqueles encontrados na política normal, nos tempos de paz. A busca por um espaço homogêneo e particularista – traduzidos na figura das políticas de identidade, a serem exploradas na próxima subseção – faz com que a política de idéias das guerras tradicionais seja abandonada frente a motivações imediatistas e egoístas, particulares a um grupo e/ou identidade.

Deste modo, o que se percebe é a ruptura do monopólio do uso da força do Estado e a privatização dos meios de fazer guerra nas mãos de grupos políticos não-estatais, afetando os objetivos e as vias utilizadas para atingi-los. Fugir da estrutura estatal rígida que marcou o fenômeno da guerra é uma dessas vias.

A busca por poder através do uso deliberado da força continuava a ser ainda o fim último a ser alcançado, mas não da maneira como o era nas guerras tradicionais. O Estado e seu aparato organizacional, ao perderem importância diante das manifestações culturais e sociais que se tornam cada vez mais comuns neste final de século XX, deixam de representar os valores e as culturas que os grupos políticos domésticos carregam. Podemos falar em uma crise de identidade onde elementos abstratos, como as nacionalidades, não mais representam a forma de organização das coletividades, que recorreriam a valores e lembranças pretéritas para buscar um senso de união. Contudo, esses valores muitas vezes são se opunham aos valores ou às representações de outras coletividades que conviveriam no mesmo espaço.

De maneira a garantir seu espaço político, i.e., alcançar as suas demandas de poder em detrimento a outros grupos, era necessário questioná-los diante de elementos que fugiriam das formas tradicionalmente defendidas e representadas pela figura do Estado. A própria noção da política de idéias, de valores que são construídos visando o futuro, deixou de ser uma possibilidade porque a politização dos grupos exige respostas imediatas. O uso da força surge como solução imediata para os problemas enfrentados, desafiando a ordem estabelecida ao mesmo tempo que produziria alternativas para que as demandas por poder fossem alcançadas.

A quebra do monopólio do uso da força do Estado é, portanto, um aspecto bastante evidente de um processo gradual de quebra da institucionalização da guerra e, por conseguinte, da própria figura do Estado como parte ativa nesses conflitos armados. Essa ruptura na estrutura da guerra se intensificava graças aos processos de globalização, que estreitam as assimetrias entre as esferas doméstica e internacional e entre os espectros público e privado, confundindo-os (van Creveld, 1991; Holsti, 1999; Kaldor, 2001, p. 90-111). No cenário das guerras trinitárias, os Estados são vistos como os principais atores, atuando na esfera internacional para defender seus interesses, território e população contra um adversário semelhante valendo-se dos seus exércitos, preservando a figura dos não-combatentes e de uma rotina social distinta da guerra. Contudo, nas novas guerras, tal separação não existia, promovendo a confusão entre esses atores e práticas. E, conforme já apontado, a fuga para um espaço político no não-Estado faria com que o tema das novas guerras escapasse da atenção da Segurança.

Neste sentido, percebe-se a crescente confusão entre o governo, o exército e a população (van Creveld, 1991, p. 51), elementos que caracterizam a própria constituição do Estado.¹²² Os papéis desempenhados na guerra perderiam, gradualmente, sua clareza e distinção que marcou a guerra e suas regras por tanto tempo:

¹²² Cabe ressaltar que essa separação entre combatentes e não-combatentes é o que sustenta as normas do *jus in bello*, caracterizando a guerra tradicional como uma manifestação de violência organizada racional e civilizada. Esses três elementos que formam a tríade clauswitziana encontram reflexo em estudos de ciências sociais, mais particularmente no que diz respeito à Teoria Geral do Estado (“TGE”). A TGE aponta como elementos constituintes do Estado a sua população, o seu território, soberania e finalidade (Dallari, 1989), que poderiam ser traduzidas ou comparadas ao povo, exército e governo; a finalidade, por outro lado, representaria a ordem e a segurança que o Estado deveria garantir à sua população.

[t]he clear distinction between the state, the armed forces, and the society that is the hallmark of institutionalized war dissolves in “people’s war”. (...) [J]ust as civilian/soldier distinction disappears, the role of outsiders becomes fuzzy. The laws of neutrality no longer apply because those who are militarily weak rely on outsiders for arms, logistical support and sanctuary (Holsti, 1996, p. 37).

Diferentemente das guerras institucionalizadas, onde os combatentes dos dois lados podiam ser identificados através de suas insígnias e vestimentas, as novas guerras são travadas por lados organizados de maneira informal, muitas vezes nem mesmo hierarquicamente (van Creveld, 1991; Holsti, 1999; Münkler, 2005). Isso se deve a multiplicidade de atores envolvidos nesse fenômeno, combinando agentes públicos e privados, de esferas estatais e não-estatais, locais e internacionais, como em um retorno ao medievalismo (Keen e Berdal, 1997; Holsti, 1999; Münkler, 2005). “The changing competence of the nation-state is reflected in the shift from hierarchical patterns of government to the wider and more polyarchial networks, contracts, and partnerships of governance” (Duffield, 2000, p. 71). Os processos de globalização agravariam essa ruptura por possibilitarem que os valores e objetivos defendidos nas novas guerras fossem espalhados para outras regiões, atraindo indivíduos e grupos que compartilham tais conexões, contribuindo para a quebra de qualquer arranjo que tente ordenar formalmente essas guerras.¹²³

Os grupos políticos que participariam das novas guerras não teriam mais o aspecto ou a referência estatal que marcava as guerras trinitárias. Como a lealdade ao Estado era questionada, sua organização se dava a partir de grupos menores, a partir de critérios econômicos ou políticos, que reproduziriam uma cadeia de comando assemelhada a estatal, mas sem trazer os aspectos formais das guerras trinitárias. Esses grupos privados poderiam ter ou não conexões com a autoridade estatal, mas atuariam de forma a atingir os seus interesses independentemente de conexões e/ou alianças verticais. Por mais distinta que fosse a organização entre os grupos ou os referenciais culturais que carregassem,

¹²³ Sobre o tema, vale apontar o trabalho de Olivier Roy (2004, p. 313-314), que discute como os valores religiosos foram capazes de atrair guerreiros muçulmanos para a guerra da Bósnia-Herzegovina, durante a década de 1990, para lutar ao lado dos seus irmãos de fé. Ainda que não partilhassem dos mesmos pressupostos políticos, a propagação do valor religioso bastava para os identificar como aliados. Vale também mencionar o documentário de Bill Carter, *Miss Sarajevo*, quando o diretor entrevista diversos civis/soldados envolvidos na guerra, que colocam a sua motivação para lutar e a maneira como superaram adversidades por não possuírem treinamento formal.

haveria – até mesmo em função dos impactos dos processos de globalização sobre esses atores – características parecidas entre eles, que permitiriam que fossem vistos como semelhantes no estudo das novas guerras.

Os símbolos que os identificariam, por exemplo, seriam uma dessas características. Tradicionalmente, as partes beligerantes utilizam vestimentas e portam símbolos e estandartes que os distingue dos seus inimigos de maneira que, em batalha ou fora dela, fosse possível apontar facilmente a qual lado os soldados pertenciam.

Contudo, nas novas guerras, esses símbolos distintivos não mais existem. A quebra na institucionalização dos grupos beligerantes e a crescente confusão entre guerra e paz¹²⁴ fazia com que não houvesse um traje específico para a guerra. Isso significaria o uso de roupas civis, esportivas e até mesmo militares por membros de um mesmo grupo, mas sem qualquer tipo de padronização. Por não se tratarem de grupos formais, o uniforme dos soldados seria qualquer tipo de vestimenta que evidenciasse seu *status* ou posição social, bem como objetos que afirmassem sua capacidade de adquirir bens graças ao uso da força.

Peter Andreas (2008, p. 29) relata que os Lobos, membros da gangue lideradas por Juka durante a guerra da Bósnia-Herzegovina, utilizavam bermudas, casacos de marca, óculos escuros e tênis de basquete. Franklin Foer mostrava-se surpreso com a relação que o grupo mantinha com símbolos da moda, como trajes esportivos da Adidas, correntes de ouro e tênis de couro branco, lembrando as roupas usadas por *rappers* norte-americanos que apareciam em programas de televisão (Foer, 2004, p. 19). Outros tantos utilizavam o símbolo do clube de futebol para qual torciam em suas roupas durante a guerra, indicando com isso a causa que defendiam (Kuper, 2006, p. 278).

A construção do inimigo estaria prejudicada, não sendo este mais identificável a partir dos elementos tradicionais, como símbolos distintivos, estandartes ou uniformes. Com isso, o inimigo seria todo e qualquer indivíduo

¹²⁴ Essa confusão poderia, inclusive, expor que entre guerra e paz poderia não haver antagonismo, dado que a política e a forma de relacionamento social desenvolvidas tanto em tempos de paz quanto de guerra seriam motivados e estimulados de maneira semelhante incluindo, mas não se limitando a, a cooperação entre adversários e rivais, novas formas de institucionalização da violência diferentes da estatal e a obtenção de lucros através do estabelecimento da ordem (Keen, 1998, p. 11).

que representasse a diferença, seja essa diferença cultural, ideológica ou política, ou que impedisse ou obstaculizasse o alcance dos objetivos buscados. Justamente por não ser mais possível reconhecê-lo como combatente, mas como um empecilho aos interesses, a prática da violência nas novas guerras *sugeriria* um aspecto de barbarismo, diferentemente das guerras tradicionais.

Como a prática da violência se tornara um fato ordinário, não era de se estranhar que a própria vestimenta utilizada se adequasse a essa “casualidade”. E ao não reconhecer o inimigo como combatente, a sua desumanização se torna possível, impulsionando atos de violência por indivíduos ou grupos que normalmente não o fariam, mas que, por se tratar de algo diferente e discursivamente construído como inferior, diminuiria a sensação de culpa (Kuper, 2003). Tão comum era a violência nas sociedades que passavam por essas novas guerras que Philip Gourevitch (1998) aponta que durante o genocídio em Ruanda, por exemplo, era comum membros da etnia *hutu* saírem para matar *tutsis* dizendo que iam para o trabalho, sem maiores constrangimentos. Observadores externos sentir-se-iam impotentes para distinguir um lado do outro, pois os padrões tradicionais de se analisar a guerra deixariam de ser aplicáveis, visto que uma miríade de atores, grupos e posturas – que antes não existiam – agora se tornariam freqüentes nas novas guerras.

Essa presença maciça de “corpos estranhos à institucionalização da guerra”, dariam às novas guerras uma imagem de “esforço popular” (Holsti, 1996, p. 39), atraindo indivíduos e grupos motivados pela imagem da violência ou pelo ideal buscado pelos beligerantes. Não apenas soldados regulares se envolveriam nos conflitos armados, mas

a disparate range of different types of groups such as paramilitary units, local warlords, criminal gangs, police forces, mercenary groups and also regular armies including breakaway units of regular armies. In organizational terms, they are highly decentralized and they operate through a mixture of confrontation and cooperation even when on opposing sides (Kaldor, 2001, p. 8).

Isso incluía a utilização maciça de crianças e adolescentes nessas guerras, por serem mais baratos e destemidos que adultos¹²⁵ (Kaplan, 1994; Münkler, 2005):

¹²⁵ Herfried Münkler (2005, p. 18) aponta que o uso de crianças nessas guerras se deve também ao tipo de armamento utilizado, leve e pequeno, que facilitaria que esses pequenos soldados participassem da violência. São os avanços tecnológicos difundidos pelos processos de

[a]rmies are rag-tag groups frequently made up of teenagers paid in drugs, or not paid at all. In the absence of authority and discipline, but quite in keeping with the interests of the warlords, 'soldiers' discover opportunities for private enterprises of their own (Holsti, 1999, p. 344).

Graças a essa ruptura institucional e da gradual erosão do Estado, bem como do fim das diferenças entre o particular e o privado, do interno e do externo, do militar e do civil (Kaldor, 2001, p. 20), a separação entre paz e guerra ficou mais difícil de ser apontada, fazendo com que estes dois momentos se sobrepusessem como elementos ordinários do cotidiano. Os atos de guerra se confundiriam com posturas criminosas, tornando ordinária a violência individual e a infração da ordem institucionalizada. A confusão entre guerra, crime e violação dos direitos humanos tornaria os limites que os separavam bastante tênues (Kaldor, 2001, p. 5; Jung, 2005; M. Smith, 2005): “[t]he line between warfare and criminal activity may be neither clear nor rigid” (Keen, 1998, p. 52). Isso aconteceria porque a violência organizada promovida entre as unidades políticas tornar-se-ia bastante semelhante à violência exercida por grupos privados, geralmente confundida com a criminalidade, fazendo com que a separação entre o internacional e o doméstico e entre o público e o privado fosse praticamente nulificada.

Além desses aspectos que diferenciariam as novas guerras das guerras trinitárias, a quebra na institucionalização evidenciava uma maior importância conferida às identidades coletivas dos grupos. O principal impacto das identidades pode ser percebido na informalização da guerra e a perda da distinção imediata entre os adversários, temas tratados nas páginas anteriores. Independentemente da maneira como são construídas,¹²⁶ as identidades são

globalização contribuindo para as novas guerras. Mas, acima de tudo, “the role of young man in violence cannot be properly understood without looking at economic factors such as unemployment” (Keen, 1998, p. 45).

¹²⁶ A questão da identidade é um aspecto controvertido nas Relações Internacionais, dividindo autores e correntes teóricas sobre como essas se constituem, se relacionam com outras e sobre como podemos entender a sua formação. No tocante à instrumentalização das identidades no estudo dos conflitos étnicos e das novas guerras, podemos dividir as correntes que trabalham com o tema em três grandes grupos. O primeiro, formado pelos primordialistas, afirma que as identidades étnicas remontam a um passado distante e que se mantêm imutáveis ou, ao menos, pouco maleáveis, fazendo com que as interações entre etnias diferentes levantassem aspectos de um determinismo constante. A segunda corrente é a dos instrumentalistas, que afirma que as identidades são adequadas e moldadas conforme os interesses das elites dominantes, enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros, de forma a levantar certas questões e garantir mobilizações. Finalmente a terceira corrente, dos construtivistas, pode ser encarada como uma via média entre as duas primeiras. Os construtivistas defendem que as identidades podem ser instrumentalizadas para atingir os fins desejados pelas elites, mas é necessário que haja uma

instrumentalizadas nas novas guerras através de elementos referidos como políticas de identidade, i.e., demandas por poder baseadas em rótulos e representações que são opostas aos rótulos e representações de outros grupos e que fazem referência a valores e princípios temporalmente situados em um período anterior à formação do Estado (Kaldor, 2001, p. 76).

As políticas de identidade assumem caráter exclusivo e excludente, rejeitando a diferença e promovendo a fragmentação da unidade social até então existente através da criação de grupos herméticos e antagônicos que impediriam um projeto coletivo visando o futuro, tal como se propunha o Estado. Destarte, não há propostas de caráter universalista na lógica das políticas de identidade, i.e., não há a tolerância para com a diferença para a formação de diretrizes políticas, impedindo a constituição de um ator político coletivo – o Estado – e promovendo o colapso de qualquer entidade que tente sustentar esse caráter inclusivo.¹²⁷ Não à toa podemos falar que “[t]he new identity politics arise out of the disintegration or erosion of modern state structure, especially centralized, authoritarian states” (Kaldor, 2001, p. 78).

Essas políticas de identidade evidenciam a mudança nos objetivos das novas guerras. A disputa por poder se manteria através do uso da força, como nas guerras tradicionais, mas teria como fins últimos questões de governança, identidades políticas pré-estatais e seu *status* na sociedade:

[t]he political goals of the new wars are about claim to power on the basis of seemingly traditional identities – nation, tribe, religion. Yet the upsurge in the politics of particularistic identities cannot be understood in traditional terms (Kaldor, 2001, p. 69).

Os interesses e objetivos políticos buscados através da guerra se diferenciavam daqueles tradicionalmente procurados. O foco agora era sobre reconhecimento da autonomia dos grupos e o papel das comunidades dentro dos Estados (Holsti, 1996, p. 20-21). A finalidade da violência ainda era política, não mais centrada na figura do Estado, mas em uma forma de garantir a sobrevivência

origem anterior dessas identidades para que essas possam ser manipuladas e instrumentalizadas. Sobre o tema, Brown (2001).

¹²⁷ Como já tratado anteriormente, as políticas de identidade devem ser entendidas como práticas de exclusão daqueles que não pertencem ao grupo, gerando clivagens sociais e fraturando a unidade política estatal e societal.

no cenário de aparente anarquia doméstica. As guerras eram por pessoas, não por interesses estatais abstratamente definidos (Holsti, 1996, p. 39).

Vislumbrar a identidade nacional como única e que se sobreporia às identidades particulares seria, portanto, ameaçador para a preservação dos valores dos grupos políticos, dando origem aos conflitos armados. De forma mais simples, as novas guerras são um esforço para evitar a perda da identidade diante da violência culturalmente homogeneizante destes Estados. Elas evidenciam a necessidade de romper com as estruturas estatais até então existentes.¹²⁸ Todavia, a ênfase no papel das identidades pode mascarar outros aspectos das novas guerras que afetam a capacidade da Segurança de explicar a violência de maneira produtiva (Keen, 1998 e 2000; Münkler, 2005; Andreas, 2008).¹²⁹ Há um aspecto material que se vale das consequências das políticas de identidade para promover a violência contra o diferente, rompendo sistematicamente com as práticas e restrições existentes nas guerras tradicionais e impulsionando o colaboracionismo entre inimigos e práticas econômicas que levariam à sobrevivência no cenário de guerra (Keen, 1998 e 2000; Kaldor, 2001, p. 102-106; Andreas, 2008).

Grupos outrora rivais ou antagônicos, como criminosos e autoridades legitimamente constituídas, trabalham juntos para efetivamente usar a força contra outros grupos políticos, em uma aliança inexplicável em épocas de paz (Keen, 2000, p. 35; Andreas, 2008, p. 29). A possibilidade – ou, melhor, a capacidade – de usar a violência para alcançar a sobrevivência pode ser utilizada como elemento de barganha entre grupos rivais para que ambos se apoiem mutuamente às escondidas, ainda que abertamente se declarem rivais.¹³⁰ “(...) the image of war

¹²⁸ Uma boa discussão sobre os processos de padronização cultural coercitiva na formação de Estados e/ou comunidades pode ser encontrada em Heather Rae (2002), sob o sugestivo rótulo de “homogeneização patológica”. A autora, apesar de não discutir o problema das novas guerras, proporciona boa base para a reflexão sobre os mecanismos que os Estados e elites possuem para impor padrões “civilizatórios” ou aceitáveis, inclusive se pensarmos que existe uma lógica de funcionamento para essas práticas de exclusão. As elites, ao construírem os Estados ou as diretrizes políticas a serem seguidas, pressupõem a necessidade de um corpo político homogêneo para garantir a legitimidade do exercício de poder e a unidade entre governantes e governados. A abordagem de Rae tem o mérito de explicitar esses mecanismos de dominação, assim como a importância que estas ações, em determinados cenários, tiveram para a consolidação do Estado moderno.

¹²⁹ “In the emergence of new wars, none of the several causes may be singled out as the really decisive one, and so the various monocausal approaches (...) fall short of the mark” (Münkler, 2005, p. 7-8).

¹³⁰ Eric Berman (2000, p. 19 *apud* Valença, 2006a) faz piada de grupamentos militares da Guiné que perdiam sucessivamente seu equipamento durante patrulhas em Serra Leoa: “[e]ither

as a contest has sometimes come to serve as a smokescreen for the emergence of a wartime political economy from which rebels and even the government (...) may be benefiting” (Keen, 2000, p. 27). O antagonismo entre as partes adquire significado por meio da insegurança, do medo de inimigos históricos, perpetuado pelo discurso propagado por e entre os grupos e dependendo da quebra dos mecanismos de controle estatal para se reproduzirem pela sociedade – como será visto à frente, quando da discussão sobre o financiamento das novas guerras.

Em síntese, a instrumentalização das políticas de identidade conduz à desestatização da guerra, com a evidente perda da capacidade do Estado de ser o detentor do monopólio do uso da força. Grupos privados – milícias, grupos paramilitares, mercenários e *warlords* – tornam-se protagonistas dessas guerras e lucram a partir do uso organizado da força (Wagner, 2007, p. xi). Do relacionamento entre os adversários perceber-se-ia o estabelecimento de relações simbióticas (Collier, 2007; Andreas, 2008), que ajudariam a ambos os lados se sustentarem e manterem seus discursos políticos operantes.

Para que as identidades se manifestassem torna-se necessário que a diferença seja apontada e percebida, de maneira a criar valores diferentes e antagônicos. Destarte, com a identidade opositora presente e contraposta como ameaça, o sucesso do discurso motivador das políticas de identidade seria maior, evitando que este caísse no vazio, tornando-se redundante e vão. A violência que decorreria daí serviria de alimento para as novas guerras, sustentando o *warfare*, objeto de estudo da próxima subseção, e demandando por uma alteração na maneira como aquelas são alimentadas.

4.2.2.2.

O *warfare* das novas guerras

O segundo elemento distintivo das novas guerras em relação às guerras tradicionais seria a maneira como o conflito armado é travado, i.e., a forma como o seu *warfare* opera. A forma de lutar nas novas guerras fugiria do modelo onde os combates diretos são travados entre exércitos de lados diferentes, de maneira a

the Guineans were really, really stupid or some kind of a deal had been made. The unofficial consensus is that, while the former cannot be ruled out, the likelihood is that someone was paid off”.

derrotar e/ou se impor sobre o adversário através de seu poder e capacidade militares, para assumir aspectos de uma guerra de atrito, onde os lados desgastam o oponente até que acontecesse a exaustão de recursos e pessoal enquanto buscariam extrair benefícios dessa dinâmica.

Poder-se-ia perceber duas características marcantes no *warfare*: estas são o poder de, ao mesmo tempo, promover a atração e a repulsa através do uso deliberado da força. Isso se torna possível graças às políticas de identidade que marcariam e guiariam as novas guerras.

No primeiro caso, a capacidade de atração seria alcançada pela adoção de mecanismos semelhantes aos utilizados nas guerras revolucionárias do século XX – que se valiam da estratégia de guerrilha – onde o objetivo mais importante era o controle do território através do apoio da população da região onde o confronto ocorria, não assumir o seu controle *de facto*, através da vitória sobre as forças inimigas (Kaldor, 2001, p. 97). Pela própria ruptura de padrões de institucionalização, a organização dos grupos beligerantes em forças militares formais se torna mais difícil e, por isso, evitariam valer-se da força da maneira tradicional. Nesta lógica, os enfrentamentos diretos seriam raros, caracterizando um esforço onde a vitória não consistiria ou se apresentaria como a derrota militar do outro lado, mas sim a incapacidade de impedir que o adversário conquiste “corações e mentes” na região em disputa, de maneira que seus próprios valores e suas políticas de identidade predominem.

Alcançar tal feito corroboraria os objetivos buscados pelas novas guerras, levando ao sucesso a conquista de poder político. Ao atingir tais objetivos, estes grupos poderiam operar livremente na região, através da adesão de novos membros para a sua causa e também de simpatizantes que tornassem a sua atuação possível, espalhando os valores e ideais propagados pelas políticas de identidade, acirrando as práticas de exclusão características dessas políticas.

O efeito de repulsão aconteceria por meio da adoção de estratégias de contra-insurgência, visando impelir aqueles que não partilhassem dos valores e idéias defendidos pelos grupos para fora da área de influência daquele grupo. Da mesma maneira como as práticas de guerrilha descritas no parágrafo anterior, a repulsão não viria do confronto direto entre forças militarizadas, mas da inserção de práticas de exclusão no ambiente social, de forma que o uso da força se

tornasse parte do cotidiano e criasse condições insustentáveis para parcelas da população. A finalidade aqui é intimidar eventuais simpatizantes que pudessem por em risco ou obstaculizar os objetivos daquele grupo, criando condições que impedissem a lealdade àqueles que não compartilhassem dos valores do grupo dominante. Por meio da instrumentalização das políticas de identidade, esses valores se associariam à pleitos e demandas por identidade, fazendo com que o antagonismo entre diferentes se exacerbasse.

A combinação entre as táticas de guerrilha revolucionária e contra-insurgência teria, assim, duas finalidades últimas, pertinentes a cada uma das características supracitadas: angariar apoio para os grupos políticos e expelir a diferença para longe, refletindo o controle político e territorial. Em suma, o uso da força nas novas guerras buscaria criar condições desfavoráveis à diferença, extirpando-a, e não necessariamente criar um ambiente favorável para a reprodução dos seus valores (Kaldor, 2001, p. 98). A homogeneização era o resultado a ser buscado, logo o principal método de controle territorial não consistiria em obter o apoio popular, mas a expulsão do rival.

A lógica de atração e repulsa que as estratégias de guerrilha e contra-insurgência carregariam se basearia em laços políticos, através de uma idéia, imbuída de valores políticos, que pudesse reforçar ou evidenciar a conexão da identidade dos combatentes e da população sintetizadas, em última instância, pelas políticas de identidade. Estas suprimiriam a ausência do Estado – daí a sua não-compreensão ou não-adequação ao pensamento da Segurança – e permitiriam que os grupos políticos assumissem a lealdade e impusessem o temor àqueles não-envolvidos diretamente nos conflitos. A ameaça que recai sobre o adversário deve se mostrar constante e inevitável, de forma a acirrar as divisões sociais existentes – ou desejadas. Para isso, o uso da força se mostra bastante eficiente, não apenas empregado diretamente, contra alvos específicos, mas principalmente sob a forma de constrangimentos sociais, sem que agente e objeto sejam claramente delineados, causando efeitos mais duradouros ao serem incorporados nas estruturas sociais.

Como em toda guerra, o ato de causar dano físico ao inimigo é parte importante da estratégia a ser desenvolvida e, portanto, assume aspectos racionais por se dirigir ao fim buscado pelos agentes. Diante da facilidade de acesso a

armamentos, os custos para equipar um grupo não são altos, especialmente se comparados aos da guerra trinitária, que envolve o confronto com inimigos equipados e alvos bem protegidos. Para manter esse custo baixo, procura-se utilizar formas mais simples e eficientes de usar a força, sem grandes revoluções ou aparatos tecnológicos (Münkler, 2005).¹³¹ As novas guerras prezariam pela simplicidade, de modo que a força fosse utilizada da maneira mais efetiva possível para atingir os fins desejados. Ademais, a própria ausência de soldados treinados – e das condições para fazê-lo – impeliriam à utilização de armas simples, de baixa complexidade e custos de manutenção reduzidos. A ruptura da institucionalização imporá às novas guerras a necessidade de buscar vias práticas para suprir suas próprias demandas logísticas o que, frequentemente, faz com que se viole as normas do direito na guerra que caracterizariam a guerra como uma atividade racional, ainda que violenta.¹³²

Juntamente à facilidade de acesso a armamentos e equipamentos bélicos, há uma gama de indivíduos dispostos a – ou disponíveis para – fazer parte da guerra. Os soldados, geralmente homens jovens – crianças inclusive –, são atraídos ou cooptados para a violência pela falta de perspectivas para o futuro, a escassez de oportunidades econômicas ou pela própria motivação de fugir da violência (Keen, 1998; Kaldor, 2001, p. 93-95; Münkler, 2005):

[m]any ordinary people participate in violence because they are forced to do so, but some may deliberately *embrace* it for specific, short-term purposes. The line between coercion and voluntary recruitment may be difficult to draw, particularly when attacks on civilians are widespread (Keen, 1998, p. 45).

A captação desses combatentes se dá por meios diversos, muitas vezes incidentais: no caso do recrutamento forçado, há relatos de indivíduos recrutados compulsoriamente em bares e nas ruas das cidades, como no caso da ex-

¹³¹ Parker (2005) e Boot (2006) oferecem bons trabalhos que analisam a evolução tecnológica da guerra ao longo da história, mostrando como tecnologia e a prática da guerra sempre andaram lado a lado. Esses livros oferecem um excelente contraponto à simplicidade na prática da violência nas novas guerras.

¹³² Aqueles que alegam que a mudança na natureza da violência nas novas guerras traz o barbarismo – algo semelhante à colocação de Clausewitz sobre o comportamento dos cossacos (ver nota 113) –, David Keen (2000, p. 26) rebate que o véu de tolerância que as práticas das guerras tradicionais sugerem em nada seriam aquilo que aspiram ser: “[i]f contemporary wars have been widely labeled as mindless, mad, and senseless, in some ways nineteenth- and twentieth-century Western notions of war may be closer to madness. When war is seen as an occasion for risking death in the name of the nation state and with little prospect of financial gain, it may take months of brainwashing and ritual humiliation to convince new recruits of the notion. A war where one avoids battles, picks on unarmed civilians, and makes money may make more sense”.

Iugoslávia (Andreas, 2008), bem como crianças abduzidas em suas vilas por grupos rebeldes na região subsaariana da África (Kaplan, 1994) ou através da preparação ideológica (Münkler, 2005). A opção voluntária pela guerra também se apresenta com bastante frequência e aconteceria a partir da criação de uma imagem idealizada de poder decorrente das possibilidades imaginadas do uso da força ou do desejo de enriquecimento ou, ainda, como uma tentativa de fugir da violência indiscriminada dessas guerras. Tamanha informalidade e desprendimento se devem ao fato de que as novas guerras, até mesmo pelas suas próprias dinâmicas e pela irrelevância de exércitos tradicionais, não se valem mais de soldados exaustivamente treinados como outrora.

Percebe-se que a violência praticada possui, sim, uma dimensão que busca o dano deliberado ao adversário – como o assassinato sistemático de membros de grupos diferentes, a instalação de armadilhas e traquitanas (Kaldor, 2001, p. 99-100), bem como a utilização crescente da violência sexual –, caracterizando o uso da força como forma alcançar objetivos, mas a violência não se esgotava, nem tampouco se baseava exclusivamente nesse modelo.

A combinação da estratégia de guerrilha e de contra-insurgência das novas guerras levaria, em última instância, à tentativa de homogeneizar a área de atuação desses grupos. Torna-se importante estabelecer condições que impossibilitem ou, ao menos, tornem a presença de membros de outros grupos mais difícil, tal como pregado pelas políticas de identidade. Práticas de depredação da região, valendo-se de mecanismos físicos, econômicos ou psicológicos, se tornam comuns, alterando a forma como a violência nas novas guerras. O que se procura aqui é criar condições que perturbem a presença do outro, tirando qualquer referencial que o faça considerar aquela região como sua. Outras formas de eliminar o adversário são incluídas no repertório dos beligerantes incluindo, mas não se limitando a, a criação de constrangimentos culturais e/ou psicológicos que tornariam a presença em determinadas áreas algo doloroso e por demais custoso.

As novas guerras traziam elementos que refletiam a mudança na forma de manifestação da violência (Kaldor, 2001, p. 99-100): além da violência promovida diretamente contra o adversário, visando causar dano deliberado nele – aspecto que constitui a manifestação de uso da força mais característico nas guerras –, as

novas guerras trariam consigo uma violência invisível, sem agente ou objeto claramente especificados, visando a todos aqueles que se enquadrarem em determinado rótulo, sem maiores preocupações em definir quem ou o que seria o alvo da violência. As novas guerras popularizariam uma forma de violência que se origina nas estruturas sociopolíticas e se dirigiria à sociedade como instrumento da beligerância, de modo a se tornar mais uma das opções da guerra. É, portanto, o uso deliberado da força para causar danos e atingir fins políticos inserida na estrutura social e que nos referiremos como *violência estrutural*.¹³³

Com isso, se as guerras tradicionais prescreviam – ou pressupunham – o uso da força militarizada, direta, contra elementos que simbolizassem as instituições políticas do Estado, o *warfare* das novas guerras, por sua vez, dirige a violência contra a população e os elementos que marcam o ordenamento social. É a instrumentalização dessa violência estrutural através de práticas que oprimiriam indivíduos e grupos através do uso deliberado da força sem, contudo, apontar um agente que promova tal uso da força, nem tampouco um objeto específico a qual essa violência é dirigida.

A inserção de elementos que caracterizariam a violência estrutural, especialmente baseados nas políticas de identidade e das práticas de exclusão que decorreriam delas, a diluiria no ambiente social, pondo em risco a obtenção de condições mínimas para a sobrevivência. A popularização do uso da força seria notada não apenas nos instrumentos que promoveriam o uso deliberado da força física, mas também na própria criação de uma cultura de violência e de intolerância, impedindo a convivência com a diferença e incorporando as práticas de exclusão nos procedimentos políticos “normais”, que se auto-reproduziriam conforme fossem absorvidos pela sociedade.

[S]tates have increasingly resorted to violence that is effectively self-financing, while stepping up efforts to disguise their responsibility for human-rights abuse. A common technique has been to incite ethnic strife by recruiting supporters and fighters along ethnic lines and sponsoring the formation of ethnic militias. This conflict, which is easiest to generate in countries with a history of ethnic violence

¹³³ Devemos ter cuidado ao nos referirmos a essa violência que surge nas estruturas sociais e se torna um instrumento da guerra. Isso se deve a dois motivos. O primeiro é que toda violência assume uma dimensão social, na medida que não é possível enxergar a sua manifestação fora de uma relação entre atores políticos, seja como for que os definamos. Ademais, esta idéia se aproxima do conceito de violência estrutural de Johan Galtung, que oferece uma distinção entre a violência estrutural e a violência direta (ou pessoal). Tratamos dessas distinções no capítulo seguinte

and where ethnicity cuts across class lines, is then used to mask or explain human-rights abuse (Keen, 1998, p. 23).

Diante da crescente divulgação de imagens e notícias graças ao desenvolvimento de tecnologias de comunicação e interação social – evidenciando os impactos dos processos de globalização nas novas guerras –, a perpetração de atos de violência em qualquer lugar do mundo assume grande magnitude, tornando públicas certas manifestações de violência. Contudo, ao se inserir a violência camuflada sob estruturas políticas, poder-se-ia confundir o uso da força com mecanismos institucionais de determinadas culturas e regiões.

É incorporada ao *warfare* das novas guerras a utilização de mecanismos de controle extraordinários para tolher os direitos e liberdades de partes da população, constrangendo-a e colocando-a sob uma pressão semelhante à de um cenário de guerra – sem, contudo, declarar tal estado, caracterizando a incidência de formas de violência estrutural. O uso da força torna-se parte da vida política, i.e., vincula-se às práticas políticas que norteiam aquela comunidade e, portanto, adquirem um véu de legitimidade que pode colocar em risco a própria percepção de que há a prática de atos de violência deliberada naquela sociedade.

Although conflict with opposition forces may threaten undemocratic regimes, it can also have its uses. It provides an opportunity to reward supporters, and can help to legitimise authoritarian or military rule. Conflict may be used to stifle political opposition by declaring and prolonging states of emergency that grant special powers to repressive governments or to the military, and through restrictions on freedom of speech justified as part of a 'war effort' (Keen, 1998, p. 37).

Outras estratégias e mecanismos que se enquadrariam na violência estrutural, assumindo a forma de ações não-violentas e, portanto, mais fáceis de serem legitimadas, seriam, por exemplo, a destruição de marcos culturais, religiosos ou étnicos (Kaldor, 2001, p. 99-100) e o controle do mercado e da circulação de bens e indivíduos (Münkler, 2005; Andreas, 2008). No primeiro caso, a violação de símbolos de um grupo ajudariam a transmitir a mensagem de que aqueles indivíduos não eram mais bem-vindos ou aceitos na região, bem como perpetuar as imagens da destruição de valores na memória daquela comunidade (Montgomery, 2008). Isto faria com que os grupos cuja cultura e/ou valores fossem afetados por esses atos se tornassem vítimas dessa violência intangível, que não levantaria suspeitas ou atenção como o aconteceria com atos

de violência direta.¹³⁴ Com isso, o processo de conquista de corações e mentes seria posto em prática e, quando conjugado com o uso da força para intensificar esse processo, promoveria o deslocamento populacional em razão da violência e conflitos armados, iniciando a homogeneização da região.¹³⁵

O controle da circulação de indivíduos e bens, por sua vez, poderia ser justificado como constituindo políticas de governo, servindo para afastar ou marginalizar segmentos da sociedade dentro de práticas que, mais uma vez, obscureceriam o uso da força através de mecanismos institucionalizados. O objetivo final é proporcionar condições insuperáveis e insuportáveis que obrigariam o deslocamento dos grupos atingidos, propiciando o controle político do território aos grupos que promovem a violência. Porém, o principal impacto que esses mecanismos de restrição de liberdades civis e de negação de oportunidade econômica promovem se dirige à tentativa individual ou coletiva de superar as limitações que o estado de guerra impunham, impactando no financiamento do conflito e na própria perpetuação da violência como mecanismo de relacionamento social.

O *warfare* das novas guerras, diferentemente de empregar o uso da força de maneira centralizada para encerrar o conflito armado, voltar-se-ia para prolongar

¹³⁴ Exemplo desse ofuscamento é a declaração de Frank Foer (2004, p. 17) quando de sua entrevista com membros das torcidas organizadas do Estrela Vermelha que participaram da guerra na ex-Iugoslávia. Em dado momento, ele fora obrigado a repetir o gesto do nacionalismo sérvio – “a saudação de três dedos (...) [formada pelo] sinal da paz com o acréscimo do polegar” –, em constrangimento semelhante ao passado por muçulmanos e croatas pouco antes de serem mortos ou violentados sexualmente. A destruição de símbolos religiosos pelos grupos talibãs no Afeganistão em 2003 é outra amostra disso, assumindo dimensões maiores em longo termo, mas trazendo menos atenção no curto prazo do que assassinatos sistemáticos ou atos de genocídio. Isso evidencia como essa violência acaba menosprezada diante da violência direta praticada nas novas guerras. Outros atos podem ser considerados como parte integrante de uma estratégia de limpeza étnica como, por exemplo, o caso dos cercos, prática que remonta ao século XIX e que volta a ser uma opção nas novas guerras diante dos impactos dos processos de globalização, que aumentariam a eficiência e eficácia das práticas de guerra, visto que impediriam o acesso de bens fundamentais para a sobrevivência de determinada região (Andreas, 2008).

¹³⁵ As ondas de deslocados em função da violência dirigir-se-iam para regiões vizinhas, onde cidades e vilarejos inteiros passariam a ser formados pelos deslocados e refugiados, caracterizando o que um dos entrevistados por Bill Carter chamaria de “campos de concentração pós-modernos”, onde a entrada e saída era fácil, mas sempre guardaria os resquícios da violência original. Em uma dinâmica semelhante, Estados próximos seriam destino dessas ondas migratórias, criando tensões sociais e econômicas entre os locais e os recém-chegados, colocando em risco a harmonia social e as condições socioeconômicas das áreas de destino de suportar tamanho fluxo de indivíduos economicamente e socialmente desafiadores. As novas guerras assumiriam, com isso, sua natureza internacional, espalhando a violência através desses fluxos migratórios. Estes “campos” e seus habitantes seriam o aspecto mais visível das novas guerras, evidenciando-as àqueles que acompanham as notícias à distância (Münkler, 2005, p. 15).

aquela situação de beligerância através de mecanismos que tornassem a utilização da violência sutil ou menos explícita. A força não seria dirigida apenas de modo direto contra o seu alvo, tal como nas guerras trinitárias, evidenciando a prática da violência direta.

A instrumentalização das políticas de identidade permitiria que a violência fosse empregada a partir da sua inserção nos mecanismos de relacionamento social, exacerbando a cultura de exclusão. Isso aumentaria a ruptura da institucionalização então existente da guerra, quebrando a separação entre combatentes e não-combatentes, algo prezado e preservado dentro das normas que guiarão a guerra civilizada: “[t]he new wars know no distinction between combatants and non-combatants, nor are they fought for any definite goals or purposes; they involve no temporal or spatial limits on the use of force” (Münkler, 2005, p. 15). Falamos aqui na utilização da força para gerar constrangimentos sociais que levariam a condições insustentáveis de sobrevivência, que resultariam, mas não se esgotariam, na prática da violência direta.

4.2.2.3.

Os mecanismos de financiamento e suporte das novas guerras

A quebra da institucionalização nas novas guerras, juntamente com a mudança na maneira como a força é empregada pelos beligerantes oferece novas formas de se pensar sobre como elas são financiadas e como se diferenciariam das guerras tradicionais. Neste sentido, diferentemente das guerras trinitárias, onde há a mobilização centralizada e unificada para o esforço de guerra, a fragmentação da economia e da sociedade nas novas guerras é a regra, impulsionando e evidenciando o comportamento egoísta e individualista dos atores envolvidos na beligerância, que buscariam garantir a sua sobrevivência independentemente dos impactos causados por essas práticas (Keen, 2000, p. 20; Kaldor, 2001, p. 101-107).

Nas guerras trinitárias o objetivo da economia de guerra é maximizar o esforço do Estado de forma a romper com a resistência do inimigo e impor seus interesses sobre eles. Isso permitiria sair mais rapidamente do estado de guerra, retornando à política e à economia “normais”, o que não é percebido nas novas

guerras: “[c]ivil war is commonly seen in a Manichean light, in which conflict is all things bad (...) and peace all things good. Yet war has its advantages for some, and peace has its elements of violence for many” (Keen, 1998, p. 55). As novas guerras são motivadas por interesses mais imediatos e a beligerância desperta oportunidades, produzindo incentivos que não existentes em tempos de paz.

As novas guerras são um empreendimento relativamente barato e que, até mesmo pela impunidade por trás da violência, estimularia arranjos visando o lucro e à manutenção da violência como forma de relacionamento social. O uso da força não vislumbra um cenário futuro, mas o imediato retorno que esta poderá trazer, independentemente da forma como isso afetar a sociedade: “[p]recisely because war is so cheap, the costs of peace are so high” (Münkler, 2005, p. 81). A violência organizada se torna a continuação da economia (Andreas, 2008) e cada vez mais se apresenta como um empreendimento comercial para aqueles que dela participam, buscando lucro e ganhos a partir do uso da violência, permitindo que se extraia vantagens de sua prática (Collier, 2000; Keen, 1998 e 2000; Münkler, 2005).

Tradicionalmente quando pensamos em economias de guerra, referimo-nos a planejamentos centralizados, totalizantes e autárquicos que otimizam o esforço de guerra. Justamente por oferecer um plano visando o futuro, as guerras tradicionais mobilizam toda a sociedade em torno dos objetivos buscados pelo Estado. Mas as novas guerras não seguem este modelo, muito pelo contrário: como vimos anteriormente, a própria legitimidade do Estado é questionada. Ademais, suas estruturas são rompidas em uma tentativa de esvaziá-lo. O cenário é de depredação das estruturais locais através da violência cometida contra civis e da cooperação econômica freqüente entre as partes em conflito (Kaldor, 2001, p. 90-91). O Estado carece de condições de organizar um sistema econômico produtivo ou, ao menos, inclusivo o suficiente para que não se precise recorrer à violência ou à formas ilícitas de comportamento para garantir a sobrevivência. Nas palavras de Mary Kaldor (2001, p. 101):

[t]erritorially-based production more or less collapses either as a result of liberalization and the withdrawn of state support, or through physical destruction (...), or because markets are cut off as a result of the disintegration of states, fighting, or deliberate blockades imposed by outside powers, or more likely, by

fighting units on the ground, or because spare parts, raw material and fuel are impossible to acquire. In some cases, a few valuable commodities continue to be produced (...) and they provide a source of income for whoever can provide “protection”.

Graças ao colapso das estruturas de controle e de produção, bem como da própria quebra da institucionalização da guerra, a espoliação dos recursos disponíveis se inicia: a falência do Estado seria uma das causas da privatização da violência (Kaldor, 2001, p. 92). Os grupos privados, determinados a manter sua hegemonia e poder, estimulam a manutenção desta situação de incapacidade estatal para aumentar ainda mais a sua influência sobre as populações que padecem em razão dos conflitos.

Taxas de proteção e cobrança de impostos sobre os poucos recursos disponíveis são realizados, enfraquecendo a população e deixando o Estado ainda mais incapaz de reagir e de responder a estas ameaças. Ao mesmo tempo, as vias oficiais de angariação de impostos e taxas são esvaziadas, deixando o Estado sem acumulação de receitas. A circulação de bens usando como referência a moeda estatal é deixada de lado, fazendo renascer o escambo e com preços taxados com base em câmbios mais fortes e estáveis. O mercado negro se fortalecesse, trazendo bens e serviços que não seriam possíveis fora da esfera da irregularidade.¹³⁶ A imagem que é transmitida para a sociedade é de que se tornar parte ativa no uso da força representaria não só a única chance de ascensão social e econômica, mas também de sobreviver às condições impostas pela violência.

Diante desta situação de insuficiência econômica e social, as oportunidades para os indivíduos se manterem afastados dos conflitos acabam por não existir: a própria obtenção de bens, essenciais para a sobrevivência ou não, fica dependente da submissão aos grupos beligerantes. A associação entre a ausência de oportunidades para viver dentro da legalidade e a necessidade de garantir os meios para a sua sobrevivência levaria, portanto, diversos indivíduos a buscar na violência a solução para seus problemas. Entre estes indivíduos, boa parte deles seria de jovens, que se encontrariam em situação de desesperança (Münkler, 2005,

¹³⁶ Peter Andreas (2008) traz uma descrição bastante complexa de como o comércio irregular e as vias alternativas de prestação de serviço operam em um cenário de novas guerras, servindo tanto para o controle político por parte daqueles que dominam as cadeias de oferta e de produção, quanto para a garantia da sobrevivência da população diante das adversidades. Esse cenário fazia surgir novas lideranças e referências que passavam a ocupar espaço de destaque na sociedade.

p. 77), o que tornaria os custos econômicos das novas guerras ainda menores para aqueles que as promovem. Ao se referir às guerras na África Ocidental, Peter Lock ressalta o cálculo de razoabilidade que as populações mais jovens fazem ao ponderar as motivações para a sua entrada no conflito:

[f]or young men “being a soldier” is the best means of social participation, and besides it is likely that their chances of survival in today’s Sierra Leone are incomparably greater than in the chaos of “civil society” paralysed by war. The role of a so-called child soldier is not only seductive for rootless children; it is also a “rational choice”, to put it in the jargon of an economist viewpoint (Lock *apud* Münkler, 2005, p. 77-78).

A adesão destes indivíduos contribuiria definitivamente para a privatização e para a quebra da institucionalização do conflito armado, visto que as melhores oportunidades de crescimento social e financeiro parecem vir dos grupos beligerantes, não das formas tradicionais de sobrevivência ou da adesão às forças oficiais de segurança. Ao mesmo tempo, percebe-se o desenvolvimento de mecanismos informais de pressão sobre o mercado, como controle da distribuição de produtos e bens essenciais por grupos beligerantes, estimulando o mercado negro em condições diferentes daquelas dos períodos de paz. Quanto mais informal se torna a guerra, mais fragmentada e informal se torna a economia (Collier, 2000, p. 102-103; Kaldor, 2001, p. 101-107; Münkler, 2005). Grupos de criminosos começam a surgir promovendo saques, roubos e extorsão para garantir sua sobrevivência, acirrando o clima de insegurança na região (Williams e Picarelli, 2005, p. 123). Percebemos que a adesão e a captação de membros da sociedade civil para as fileiras dos grupos, que caracteriza o *warfare* das novas guerras, têm papel fundamental no seu financiamento e manutenção.

Finalmente, e face às condições de insuficiência econômica, a incapacidade de reconstrução social e a adesão de civis aos grupos beligerantes como forma de sobreviver à violência descritas acima, temos a questão da injeção de recursos – financeiros e logísticos – oriundos de atores externos aos conflitos através dos processos de globalização e da ajuda humanitária. Diante do colapso da economia e da produção doméstica, a ajuda externa se torna crucial. A sociedade, que não consegue mais sobreviver através de meios próprios, se vê ameaçada por práticas predatórias que extrapolariam a violência da guerra, impedindo a manutenção das condições necessárias à sobrevivência.

Segundo Kaldor (2001, p. 71), a globalização promove tanto elementos de internacionalização quanto de localismo, integrando e fragmentando redes culturais que, através de sua verticalização, alcançam limites nunca antes imaginados. Isto permitiria aos grupos em conflito de se aproximarem de outros grupos que compartilhassem seus valores e/ou são simpatizantes de sua luta, facilitando a identificação com um dos lados do conflito e possibilitando o envio de ajuda política, militar e econômica. O uso da força passaria a ser patrocinado por recursos vindo de atores estrangeiros – estatais e não-estatais, incluindo até mesmo indivíduos isolados. Por meio desta ajuda, os grupos políticos buscariam atingir seus objetivos, inclusive rompendo com certas práticas utilizadas durante as guerras tradicionais, alternando a maneira como a limitação da violência sofrida, a eliminação da oposição política e a acumulação de recursos econômicos eram buscados (Keen, 2000, p. 2).¹³⁷

Kaldor (2001, p. 102 e seguintes) sugere que as formas mais comuns de financiamento externo dos conflitos podem ser classificadas em quatro categorias: o auxílio direto de governos estrangeiros e de membros da diáspora que vive no exterior a indivíduos, famílias e grupos específicos de uma determinada região e o auxílio humanitário promovido também por governos e ONG's aos grupos em conflito, de uma forma mais geral. Contudo, estas quatro formas se aproximam muito umas das outras, permitindo que sintetizemo-las em duas: a ajuda internacional dirigida a indivíduos, famílias e outros grupos específicos e a ajuda humanitária de organizações internacionais.

A ajuda internacional voltada para indivíduos, famílias e grupos específicos dentro do conflito visa provê-los dos recursos necessários para adquirir bens e serviços durante o período de violência. A verba destinada a afastar indivíduos do conflito pode ser desviada – voluntariamente ou não – para os grupos em conflito, alimentando-os com armas e outros equipamentos necessários para a continuidade do esforço de guerra. Ao invés de fornecer os meios para manter os beneficiários longe dos efeitos da violência, estes recursos podem ter o mesmo destino daqueles enviados para promover “a causa” que motivou a disputa, seja por parte de grupos da diáspora vivendo no exterior, seja por governos interessados diretamente na vitória de um dos lados. A promoção desta causa pode trazer identificação com

¹³⁷ Sobre o assunto, Valença (2006a, p. 33 e seguintes).

outros grupos exteriores, que tentarão ajudar os combatentes a lutar contra seus inimigos, mantendo-os ativos no conflito. Estas formas de financiamento se assemelhariam muito à maneira como as grandes potências lutavam suas guerras por procuração durante o período da Guerra Fria. Ao financiar um grupo a manter a luta contra um outro, estes países, grupos ou até mesmo indivíduos estariam consolidando seus interesses econômicos e políticos em determinada região, garantindo que o resultado fosse favorável a eles.

A segunda maneira de financiar os conflitos armados é através da intervenção humanitária provida por organizações regionais, governos e ONG's internacionais. Inicialmente empreendidos com o intuito de auxiliar a superar a problemática e a retro-alimentação das guerras, os esforços humanitários podem acabar tendo sua finalidade desviada, servindo aos grupos beligerantes e não à população que ele deveria auxiliar. As formas mais comuns de desvio de fundos humanitários se dão através do ataque a comboios, algo relativamente freqüente em regiões onde o policiamento é inexistente, como aconteceu por diversas vezes na missão de paz no Haiti. A cobrança de “pedágios” para autorizar a passagem em regiões controladas por grupos milicianos também é comum.

Em alguns casos, há denúncias sobre a relações de cooperação entre as próprias forças humanitárias e os grupos, evidenciando a necessidade da presença dos grupos adversários – ou da mera ameaça de sua presença – para que os grupos políticos dominantes possam atingir seus objetivos (Reno, 1999; Kaldor, 2001, p. 106; Valença, 2006a). O uso da força se insere de tal maneira na sociedade que as formas de interação entre os grupos políticos, mesmo quando não-violentas, prescindem de algum tipo de instrumentalização da força para acontecer:

[forças do governo] withdrawn from a town, leaving arms and ammunition for the rebels behind them. The rebels pick up the arms and extract the loot, mostly in the form of cash, from the townspeople and then they themselves retreat. At this point, the government forces reoccupy the town and engage in their own looting, usually of property (which the rebels find hard to dispose of) as well as engaging in illegal mining (Keen, 1995, 13-14).

Uma nova ordem econômica é criada para e em função da guerra (Collier, 2000, p. 104-105; Duffield, 2000, p. 73-75; Keen, 2000, p. 33-35), legitimando o uso da força justamente por ser capaz de conseguir interagir com essa nova ordem (Keen, 1998, p. 45). A violência se torna parte do cotidiano e conduziria as relações econômicas, políticas e sociais, impactando em setores civis, direta ou

indiretamente, bem como em instituições estatais e sociais que os representasse. A guerra se tornaria a continuação da economia – ou dos negócios clandestinos – por outros meios (Keen, 2000, p. 27; Andreas, 2008, p. 15): “[t]he 'war aims' of the parties may be surprisingly similar: to stay alive; to experience more power and excitement than seems possible in peacetime; and, perhaps above all, to benefit economically” (Keen, 1998, p. 74), alimentando e financiando a beligerância.

4.2.3.

As dinâmicas e a dimensão da violência nas novas guerras

As dinâmicas expostas – a ruptura da institucionalização, as práticas desenvolvidas durante a guerra e a forma como ela é financiada – permitem percebermos que as novas guerras apresentam uma estruturação diferente das guerras tradicionais. Iniciando-se pelas categorizações que demarcam a ocorrência da beligerância e a sua separação/distinção da paz, passando por como o uso da força é empreendido, a operacionalização das políticas de identidade e as formas como a violência é financiada, as novas guerras impõem aos intelectuais e burocratas novas questões a serem pensadas. Para tanto, demandam um leque de respostas que antes não se mostrava necessário, seja para os mecanismos de prevenção e transformação de conflitos, seja para entender as dinâmicas que sustentam esses conflitos.

No caso específico desta tese e das hipóteses que exploramos, ao trazer o tema das novas guerras para a Segurança podemos perceber como esses conflitos armados evidenciam a carência daquele campo teórico para compreender o papel que a opção pela violência e a sua aplicação assumem. Ao ser lida a partir dos três eixos analíticos – institucionalização, métodos e financiamento –, a violência assume um papel que a tornaria não apenas o instrumento para atingir objetivos e alcançar interesses políticos. Ela constitui também o próprio mecanismo de garantir interação social, seja nos relacionamentos entre os grupos políticos ou dentre indivíduos de um mesmo grupo.

As possibilidades que emergem do uso da força servem para analisar como o conflito armado se desenrola, suas conseqüências e seus impactos na formulação

de políticas pelas partes envolvidas e da própria capacidade de se desenvolver um estudo mais acurado das novas guerras. Mas como esse mecanismo de interação social se manifestaria ou, melhor, funcionaria?

Ao contrário das guerras tradicionais, quando o uso da força é centralizado nas mãos de um ator – o Estado – que mobiliza recursos e população para atingir seus objetivos racionalmente definidos em prol de sua coletividade política, nas novas guerras a privatização do uso da força e a ruptura da institucionalização fazem com que a aplicação do uso da força assuma novos sentidos (Keen, 1998). As novas guerras não manifestam a violência apenas de cima para baixo (*top-down*), tal como nas guerras tradicionais, quando os grupos envolvidos *diretamente* na prática da guerra desenvolvem esforços por conta própria, com estes repercutindo na esfera social de acordo com objetivos e interesses previamente estipulados.

As novas guerras são marcadas pela utilização da força de baixo para cima (*bottom-up*), quando há um movimento de reação à violência da guerra por parte das camadas sociais, que desenvolvem mecanismos para lidar com a força e buscar sua sobrevivência nesse cenário. Essas novas maneiras de enxergar o papel da violência e o uso da força na sociedade evidenciam a carência da Segurança no tocante ao entendimento da violência como conceito central para seu estudo e compreensão, especialmente quanto à sua função assumida para os atores.¹³⁸

O uso da força e, por conseguinte, da violência, é entendido pela Segurança como uma condição excepcional, extraordinária, constituindo uma estratégia para atingir fins políticos. É um meio, não um aspecto que permeia e molda as relações sociais. A possibilidade de sua aplicação é sempre possível e, até mesmo por isso, são desenvolvidas estratégias para que a sua ameaça seja tão eficaz

¹³⁸ A forma de enxergar a violência de cima para baixo e de baixo para cima foi introduzida por David Keen (1998) como dois tipos de violência econômica, dentro do debate sobre *greed* e *grievance* que surgia à época e assumia grande importância ao se contrapor à discussão étnica e cultural acerca das causas da guerra. Contudo, entendemos que no caso das novas guerras – ou das guerras civis, segundo terminologia do próprio Keen – não há como não enxergar essas duas direções de aplicação da força em uma análise mais ampla no estudo da beligerância, especialmente se combinarmos os objetivos, métodos e financiamento das novas guerras. Dessa forma, utilizamos tais “direções” para além de seu sentido original, preservando a idéia inicial daquele autor.

quanto a sua utilização de fato.¹³⁹ Essa excepcionalidade que cerca o uso da força nas Relações Internacionais faz com que o fenômeno da guerra (tradicional) seja encarado como uma ruptura na ordem existente.

Contudo, da experiência percebida nas novas guerras e pela forma como a violência Noé o uso da força adquirem papel social, aquela excepcionalidade deixa de existir, passando a ser um elemento de coesão social em uma cultura de violência. As violências *top-down* e *bottom-up* assumem grande importância nessa mudança de perspectiva, pois a violência deixa de ser um problema para se tornar uma oportunidade, um empreendimento social (Keen, 1998 e 2000; Collier, 2000; Kaldor, 2001; Münkler, 2005).

4.2.3.1.

A Violência *Top-Down*

A violência *top-down*, ou de cima para baixo, é geralmente promovida por Estados ou elites políticas como forma de mascarar abusos cometidos por esses grupos no combate à insurgências ou para protelar o advento de regimes democráticos e pluralidade cultural e de valores. Ela está relacionada a um processo de enfraquecimento do Estado, seja ele alegado ou de fato, onde o uso da força é feito em nome da preservação da segurança e da estabilidade da unidade política (Keen, 1998, p. 23-24).

Quando isso ocorre, é criada uma dimensão de medo da diferença que justificaria a tomada de medidas excepcionais contra determinados grupos ou segmentos da sociedade. A ameaça gerada – ou representada – por esses grupos caracterizados como rivais é afastada através do uso da força, sendo a guerra – a violência organizada – a maneira mais eficaz de combatê-la.

No caso das novas guerras, essa criação da ameaça e os mecanismos para responder a estes estímulos corresponderiam às políticas de identidade e seus efeitos sobre os grupos rivais. Ao se aproveitar de discursos políticos que remeteriam a identidades pretéritas, as elites e os grupos políticos buscariam

¹³⁹ A deterrência surge aqui como a manifestação mais visível dessas possibilidades, oferecendo a conjugação dos benefícios do uso da força ao mesmo tempo em que reduz(iria) os custos econômicos e políticos de seu emprego (Payne e Walton, 2002).

desqualificar seus adversários, rotulando-os e afastando-os do processo decisório, negando a eles oportunidades e espaço político. A finalidade era sua gradual exclusão social e, com isso, assegurar que aquela região ou área seria predominantemente composta e formada por partidários de suas idéias ou de indivíduos que corresponderiam ao rótulo defendido. A utilização da força contra esses grupos seria a maneira encontrada de justificar a quebra da ordem e ocultaria outros processos violentos que institucionalizariam a violência estrutural naquele ordenamento, perpetuando e legitimando a exclusão.

Esta concepção de violência de cima para baixo se adéqua, ainda, ao contexto estatal encontrado nas novas guerras ao ser mais freqüente – até mesmo podendo ser encorajada – quando da presença de sete elementos ou condições facilitadoras (Keen, 1998, p. 24). São elas (i) um Estado fraco, (ii) grupos dispostos a usar a força que dependem de apoio ou financiamento externo, (iii) um regime não-democrático ou práticas políticas excludentes e/ou particularistas, (iv) crise econômica, (v) divisões étnicas ou identitárias que rompam com a unidade de pertencimento estatal e que possam ser mobilizadas, (vi) a existência de commodities e (vii) conflitos ou tensão prolongados. Para a ocorrência da violência de cima para baixo não é necessário que essas condições se apresentem todas ao mesmo tempo, nem tampouco possam ser enxergadas em um cenário mais amplo referente às condições enfrentadas em determinada sociedade. Essas condições são as que se mostram comuns em cenários de novas guerras.

O caso do Estado fraco é o mais significativo. Como apontado anteriormente, há a gradual erosão das instituições estatais nas novas guerras. Essa ruptura institucional ocasionaria a informalização e a privatização da violência, promovendo a confusão entre guerra e paz. O uso da força escapa da exclusividade do Estado e passa a residir nos grupos políticos que possuem os mecanismos para tanto. Estes grupos buscariam melhorar suas posições sociais e políticas, podendo explorar lideranças locais, informais, para que seus interesses e objetivos sejam atingidos. O Estado se mostra incapaz de impedir tal dinâmica e é enfraquecido, seja propositalmente ou não. De todo modo, há o gradual afastamento do Estado das suas competências, o que abre espaço para que elites e grupos políticos privados assumam o papel de autoridade em determinadas áreas.

Com a quebra do monopólio do uso da força do Estado, o que leva a violência a assumir uma dimensão privada, os grupos políticos passam a buscar segmentos da sociedade que estejam dispostos a se valer da força para servir aos propósitos levantados pelas políticas de identidade. Buscar-se-iam grupos que se adequassem a tais objetivos, mas que carecessem de recursos próprios.

Esses grupos, diferentemente do que aconteceria caso estivessem a serviço de um Estado cujo poder é centralizado, se fiariam a incentivos externos para manter suas atividades. Os impactos dos processos de globalização ficam evidentes aqui, dado que o financiamento externo se torna necessário para a própria atuação desses grupos, seja através de fundos enviados por semelhantes vivendo no exterior ou por grupos políticos internacionais, na forma de ajuda humanitária (Keen, 1998; Kaldor, 2001, p. 102-103; Münkler, 2005), alimentando o conflito.

A relação entre as elites políticas e esses grupos dispostos a se valer da força para operacionalizar as políticas de identidade pode remeter, também, à manutenção de uma ordem favorável aquelas. Ao excluir outros segmentos da sociedade da política através da violência, evidenciar-se-ia a necessidade ou desejo de se atrelar ao poder e de legitimar práticas que sejam favoráveis àqueles que estão no comando. Especialmente no final da Guerra Fria, e em decorrência da onda de democracia que se seguiu no mundo, regimes não-democráticos se mostraram mais tendentes ao uso da violência para conter dissidentes e recorrer ao uso da força para expulsar diferentes e opositores permitia a continuidade das políticas de identidade e, conseqüentemente, o alcance dos objetivos políticos ao qual essas elites se dispunham.

Este cenário de ruptura institucional e de privatização da força pode levar a uma situação de crise econômica, que serviria como justificativa para a recorrência às políticas de identidade. Da mesma maneira, as políticas de identidade podem ser operacionalizadas para justificar que a crise econômica existe por conta daquela ameaça gerada pelos grupos rivais e diferentes. A capacidade do Estado fica ainda mais comprometida, fazendo com que o recurso à força se torne mais comum e seja vista propagada pelas elites como a única saída para aquela situação.

A mobilização apresentada nos últimos parágrafos é facilitada pela presença de clivagens étnicas ou culturais na sociedade, pois a diferença se torna mais notável e mais próxima. A culpa pelo fracasso ou insucesso passaria, assim, a ser direcionada concretamente a indivíduos, facilitando o acirramento das tensões. Se a clivagem social estiver, ainda, associada a diferenças econômicas ou de acesso a oportunidades ou recursos, a violência pode ser associada a um eventual sucesso econômico. Caso a tensão inter-culturas seja um fator que se prolonga há bastante tempo e haja disparidades notáveis no acesso à oportunidades políticas, econômicas ou sociais entre os grupos que coabitam o Estado ou a região, a combinação explosiva entre identidade e economia pode servir como catalisador para a violência, justificando e/ou pavimentando as condições já analisadas.

4.2.3.2.

A Violência *Bottom-Up*

Como mostrado anteriormente, toda a manifestação de violência tem uma finalidade específica e, portanto, a sua utilização é uma expressão racional da política. Podemos enxergar a violência de cima para baixo, *top-down*, tendo como propósito principal mascarar abusos cometidos por elites e grupos políticos dominantes contra aqueles que representariam a diferença e/ou poderiam ser elencados no rol de acusados por determinados fatos sociais. A violência *bottom-up*, de baixo para cima, objeto desta subseção, também apresenta essa natureza política, racional, ainda que a sua percepção por observadores externos conduza a aparências de irracionalidade (Kaplan, 1994; Kaldor, 2001; Münkler, 2005; Snow, 2008; Öberg et al, 2009).

A violência de baixo para cima nas novas guerras surge como uma resposta imediata e de curto prazo às limitações e à escassez de recursos que garantam a sobrevivência (Keen, 1998, p. 45). Contudo, as próprias dinâmicas das novas guerras fazem com que esse recurso, extraordinário, se perpetue ao longo do tempo, tornando-se uma característica da sociedade e fazendo com que a violência se torne uma resposta à demanda por mudanças políticas ou aos valores levantados pelas políticas de identidade.

A linha divisória entre a racionalidade e o barbarismo se torna cada vez mais tênue àqueles externos ao conflito, dada a névoa que se forma nos métodos e objetivos buscados por parte dos envolvidos. No entanto, o caráter de racionalidade da violência continua a se mostrar presente.

Ela se manifesta quando os próprios indivíduos entendem o uso da força como a solução para os problemas por eles enfrentados, beneficiando-se grandemente da ruptura da institucionalização da guerra e da falência das estruturas estatais, bem como da mudança do *warfare* e da maior incidência das políticas de identidade. Justamente por ser um fenômeno que surge em consequência da violência de cima para baixo, as condições que facilitariam a violência de baixo para cima estão amplamente disponíveis no cenário das novas guerras.

A presença de um Estado fraco, de grupos dispostos a se valer da força diante de uma situação de conflito que afetaria as condições normais de sobrevivência são elementos que tornam possível avaliar a presença dessa forma de violência. Ao mesmo tempo, há elementos que permitem que se enxergue um cenário de violência de baixo para cima. São eles (i) um profundo grau de exclusão social e econômico, (ii) a impunidade diante de atos violentos e (iii) a ausência de uma ideologia revolucionária e universalista (Keen, 1998, p. 46). Os dois primeiros elementos podem ser encaixados confortavelmente no cenário sóciopolítico proporcionado pelas novas guerras e suas políticas de identidade – que devem ser sempre levadas em consideração quando tratamos da manifestação social da violência –, enquanto o terceiro encontra abrigo nele, mas repercutindo com menor intensidade.

A começar pela exclusão sócio-econômica a determinados segmentos da sociedade, podemos relacionar o uso da força como forma de solucionar problemas ou necessidades que deveriam ser alcançadas em longo prazo sob condições de normalidade política, mas que não o são. Pelo que é pregado pelas políticas de identidade propagadas de cima para baixo, a responsabilidade – ou a culpa – por essa deficiência social é atribuída a segmentos da sociedade que marginalizariam esses grupos, fazendo com que estes recorressem ao banditismo ou à violência como uma maneira de suprir essas necessidades ou desejos.

No caso das novas guerras e da adesão maciça de jovens adultos e adolescentes, vemos que isto relacionar-se-ia com a negação de oportunidades econômicas e de emprego. O cenário de crise econômica, que impacta a violência de cima para baixo, repercute nas camadas mais baixas da sociedade e retorna a violência como uma oportunidade de resgatar o *status* social e/ou as oportunidades de acesso a bens antes negados. Mobilizados e motivados pelas políticas de identidade, esses segmentos sociais utilizam-se da violência e dos métodos de utilização da força disponíveis para, tal como um revanchismo, excluir ou afastar aqueles que são caracterizados como responsáveis por sua condição e, com isso, reforçar o comportamento violento que caracterizaria o *warfare* das novas guerras.

Essa violência teria, para observadores externos, um caráter incompatível com processos de escolha racional que moveriam a lógica política. Em nome do resgate das oportunidades econômicas, os grupos promoveriam a destruição de elementos que poderiam fazer com que sua condição social progredisse. O ataque às instituições do Estado é um exemplo, bem como a destruição de imóveis, plantações e outras benfeitorias existentes, mas que servissem como “elementos de conforto” para a diferença, visando à sua expulsão. Os grupos atingiriam os propósitos da exclusão em nome do “corações e mentes” das políticas de identidade, ao mesmo tempo em que enxergariam – racional, mas geralmente de maneira errônea – que atuariam em prol de seus interesses ao empregar a força momentaneamente para sair de uma situação desfavorável. O uso da força seria apenas mais um capítulo do longo conflito/tensão existente entre aqueles grupos, agora explícito. Enquanto promoveria um senso de pertencimento, retribuição ou respeito, o uso da força para reagir aos padrões de exclusão faria com que o conflito continuasse indefinidamente, oferecendo o instrumental para o enfraquecimento do Estado e a ruptura de suas instituições.

Diante deste cenário, que conjuga a auto-composição de interesses e um profundo questionamento à ordem vigente que se reproduz na violência endêmica, surge uma imagem de impunidade àqueles que praticam e se valem de tais atos para ascender socialmente. A maior ou menor adesão de indivíduos à prática da violência se relaciona aos sinais indicadores, seja das lideranças, das instituições estatais ou da própria repreensão da sociedade, sobre a punição que receberiam.

Em cenários de fraqueza estatal e de criminalidade endêmica, algum tipo de impunidade é esperada, mas a adesão maciça à violência carece da inexistência – ou ineficiência – dos mecanismos oficiais de punir quem viola as normas. Não à toa se coloca que a violência das novas guerras em muito se parece com aquela existente na criminalidade e no banditismo (Kaldor, 2001, p. 5-6; Münkler, 2005). Atuando à margem da lei e da ordem, o engajamento no uso da força permitiria alcançar bens que sob outras condições não seriam possíveis, bem como corroboram para a informalização do conflito e a privatização da guerra.

'Bottom-up' violence has many similarities with crime; social and economic exclusion create a powerful motive for securing the immediate wealth and sense of power that crime can bring. But the signals sent out by those in authority are also significant in this context. Is the political or military opposition in a position to channel discontent in an organised and disciplined way? Or is the political establishment able to fracture the opposition by licensing crime and fomenting what appears to be 'chaos'? These political considerations are likely to be critical in determining the extent of economic violence during a civil war (Keen, 1998, p. 54).

É nesse sentido que a ausência de uma ideologia revolucionária central deve ser encaixada. A violência de cima para baixo é motivada por discursos políticos baseados nos padrões de exclusão e inclusão impostos pelas políticas de identidade. Esses discursos e padrões acabam por afetar as dinâmicas sociais ao revelar – ou acusar – segmentos e grupos como responsáveis pela situação criada e/ou pelas condições em que outros segmentos e grupos se encontram. As respostas dadas têm como finalidade alcançar objetivo de curto prazo – geralmente voltados para a sobrevivência.

Não há espaço para o florescimento de uma ideologia política consolidada e coerente que sustente os esforços. Há, sim, conscientização política por parte daqueles envolvidos na violência acerca de suas ações e das suas consequências, mas o pensamento que os une como um grupo organizado capaz de usar a violência para atingir seus fins não se caracteriza por essa finalidade política, no estilo do que existia no Estado. As novas guerras não trazem, em si e em suas políticas de identidade, uma ideologia política ortodoxa. Há, como mostramos, resgates de identidades pretéritas, que motivariam e abalizariam os atos e práticas desenvolvidos.

A prática da violência e o uso da força se tornam instrumentos para atingir as necessidades dos indivíduos e grupos, sendo enxergados de modo

economicista, i.e., imediato e em uma perspectiva de curto prazo. Contudo, e em face da construção de um cenário ancorado por um Estado fraco e sustentado por condições de crise e escassez de recursos, o que era para ser uma medida excepcional, breve, se torna, gradualmente, um mecanismo de sobrevivência social. Aquelas condições que apontamos anteriormente e que surgiriam como distinções entre as novas guerras e as guerras trinitárias proporcionariam à violência um papel social instrumentalizado pela violência de baixo para cima, dado que a saída – ou a alternativa – para sobreviver à falência do Estado, a quebra de suas instituições e enxergar perspectivas de alcançar as condições para sobreviver estariam na utilização da força. A violência passa a ser a solução para os problemas enfrentados.

4.2.4.

Enxergando as mudanças: o papel social da violência nas novas guerras

Na seção anterior construímos o argumento, já explicitado ao longo deste capítulo, de que o uso da força assume um papel social no cenário gerado pelas novas guerras. Mas o que significa exatamente isso?

Papel social é a utilidade que determinado elemento ou fenômeno possui dentro de uma sociedade, com base em seus ordenamentos normativos, sejam eles formais ou não. Podemos afirmar que determinado elemento possui um papel social quando, a partir de certos padrões ou expectativas, consegue atingir os resultados esperados pelos agentes e atores envolvidos em decorrência de sua inserção *naquele* contexto específico, *dentro de determinadas* condições. Em condições “normais”, onde o Estado existe, *de juris* e *de facto*, a violência é deslegitimada porque cabe aquele ator se valer dela para garantir a ordem. Mas, se ele não existe ou não consegue exercer seu papel, quais são as condições e elementos que a violência precisa manifestar?

Em poucas palavras, a violência surge como elemento constitutivo da ordem. Como construído ao longo desse capítulo, as novas guerras, baseadas em discursos construídos a partir das políticas de identidade, estimulam identidades pretéritas que fugiriam dos padrões universalizantes e generalistas que marcariam a comunidade política organizada em torno do Estado para exacerbar a diferença.

Os objetivos e o *warfare* dessas novas guerras conduziriam a um comportamento de intolerância, pautado pelo uso da força, onde os resultados seriam alcançados a partir da homogeneização de regiões e grupos políticos.

Ao invés de termos o uso da força como um meio que levaria a um fim, nas novas guerras a violência é o fim a ser buscado. Esse papel social é o que faz com que a violência nas novas guerras assuma uma natureza distinta daquela das guerras tradicionais, evidenciando novos aspectos que devem ser compreendidos e analisados pela Segurança ao trabalhar a violência. A mudança de paradigma que decorre de tal percepção permitiria a constituição de uma cultura de violência, baseada na exclusão do diferente e da busca por benefícios e privilégios.

Na guerra institucionalizada, a separação até então existente entre combatentes e não-combatentes era relativamente clara, ainda que essas duas “categorias” eventualmente se cruzassem durante a prática da guerra, como pode ser percebido em diferentes momentos da história. Contudo, a distinção existia e nela se baseava as regras de engajamento e o *jus in bello*, permitindo que houvesse certo grau de afastamento dos não-combatentes da violência organizada: “[a]buses against civilians have usually been portrayed as an unfortunate deviation from the laws of war as a means to a military end” (Keen, 2000, p. 29).¹⁴⁰

Diante dos incentivos e possíveis constrangimentos que possam haver, a percepção dos beligerantes é que a prática da violência promove resultados mais eficientes na sua busca por interesses. Tais elementos combinados – impunidade, acesso amplo a armamentos e facilidade para cooptar combatentes – fariam com que a guerra se tornasse um empreendimento eficiente e barato para atingir os fins desejados, prevalecendo sobre a prática da política normal de tempos de paz como mecanismo de alocação de disputas, inclusive aqueles visados pelas políticas de identidade quanto à promoção de padrões de exclusão da diferença. A política da

¹⁴⁰ Um bom trabalho sobre o tema é oferecido por Kuper (2003) ao trabalhar a dinâmica da II Guerra Mundial e o envolvimento da população alemã, holandesa e inglesa com a guerra. O autor coloca que, mesmo com a perseguição aos judeus e com o bombardeio às cidades como prática de guerra, havia certas restrições por parte dos beligerantes para preservar a integridade das comunidades e do cotidiano social, como em datas festivas ou competições esportivas. Uma visão oposta, pode ser encontrada no legado do estrategista militar Giulio Douhet (Moran, 2002), que defendia que o ataque a alvos civis era a forma mais rápida, eficiente e barata de se vencer uma guerra.

guerra oferece benefícios que não haveriam em tempos de paz, como a ascensão social, a acumulação de riquezas em função da atividade violenta e de seu flerte com a criminalidade, bem como a possibilidade de controlar o acesso a recursos e a bens de consumo que passam a ter utilidade política – independentemente da maneira como essa utilidade for definida ou percebida. A prática da violência torna-se lucrativa, fazendo com que os grupos políticos optem por privatizá-la visando a obtenção de benefícios a partir de sua utilização.

Deixando de ser um instrumento – dentre os recursos políticos possíveis – para a obtenção de interesses, a violência se torna o mecanismo responsável por garantir condições favoráveis aos beligerantes de manter a ordem social. Mais do que um meio, a violência se torna um fim a ser explorado e a ser incorporado no ordenamento da sociedade: o uso da força evidencia que haveria mais na guerra do que a vitória (Keen, 2000, p. 26). As novas guerras utilizam-se da violência como forma de assegurar o elemento de legitimidade que permitiria que determinadas posturas, proibidas e punidas como crime em tempos de paz, possam ser legitimadas como válidas nesse novo contexto.

Dentre essas utilidades sete se tornam mais evidentes (Keen, 2000, p. 29-31). São elas a (i) pilhagem visando a compensação do uso da força, (ii) a cobrança de taxas de segurança, de forma a replicar o poder dos beligerantes e a insegurança diante da violência organizada, (iii) o controle do mercado, garantindo a extração do máximo lucro pelos grupos privados, (iv) a exploração do trabalho alheio sob condições desumanas ou degradantes, (v) o controle sobre propriedades e terras como forma de garantir a ausência de adversários e/ou diferentes, (vi) o espólio da ajuda humanitária e (vii) o acúmulo de benefícios a partir da ação militar.

Ao legitimar essas práticas, entendidas como criminosas fora do contexto das novas guerras, retornar à política normal, aparenta ser mais custoso aos grupos envolvidos na violência. Eles optariam por manter a beligerância por esta proporcionar expectativas mais frutíferas (Collier, 2000, p. 101).¹⁴¹

¹⁴¹ “In circumstances where conflict is functional, threatening someone (...) with war may be more like a promise than a threat” (Keen, 2000, p. 33).

A violência proporciona, assim, uma forma de acumulação de recursos e renda cujos benefícios e lucratividade não seriam compatíveis com outra ferramenta de acumulação que pudesse ser discutida em tempos de paz. Quanto mais longa for a duração da guerra, mais benefícios podem ser extraídos, pois a dependência da violência tornar-se-ia maior e aqueles que detém o uso da força – ou que podem se beneficiar dele – conseguiriam extrair maiores recursos em um cenário de quase falência social e estatal. Isso acontece porque as novas guerras – como exposto – se voltam para o questionamento do Estado e de sua estrutura, oferecendo riscos para o desenvolvimento de projetos coletivos visando o futuro. O uso da força está diretamente ligado ao alcance dos objetivos dos grupos beligerantes e, por não buscarem a consolidação de uma unidade política, a prática da guerra pode acabar colocando em risco a própria capacidade do Estado de agir como Estado dado o caráter predatório da violência organizada.

A quebra da institucionalização do Estado e a confusão entre a guerra e o crime organizado atacariam diretamente a capacidade do Estado de prover bens e serviços políticos. Conforme a violência da guerra consome os recursos do Estado, menos este é capaz de garantir o cumprimento de suas funções e mais seus recursos passam a ser espoliados visando a sobrevivência e manutenção dos grupos envolvidos com, de alguma maneira e em algum dos pólos de, a violência.

A combinação de práticas egoístas de sobrevivência, a falta de perspectivas para a sociedade em longo prazo, os baixos custos para a guerra e a acumulação de recursos como forma de garantir sobrevivência e *status* social evidencia o caráter predatório das novas guerras, minando e erodindo estruturas formais através da extração dos recursos necessários para o financiamento da guerra (Collier, 2000, p. 93).¹⁴² A espoliação dos recursos existentes teria como finalidade última aumentar a riqueza/capacidade dos grupos enquanto negaria essas mesmas oportunidades ao adversário. Sua repetição reiterada durante o período da guerra, através do controle da prestação de serviços, do acesso a bens e aos mercados, além de outras atribuições necessárias para o sucesso do ator

¹⁴² “Like all war economies, ‘civil war economies’ are distinguished by the militarization of economic life and the mobilization of economic assets and activity to finance the prosecution of war. But recent scholarship has identified several features unique to the economies of civil wars: they are parasitic (...); they are illicit (...); and they are predatory (...)” (Ballentine e Sherman, 2003, p. 2).

político acaba por criar um círculo vicioso que beneficiaria os combatentes e os estimularia a manter a violência ativa, prejudicando o retorno às condições sociais “normais”.

Mais uma vez, fica evidente aqui as condições vantajosas que a guerra e o uso da força adquirem em comparação aos benefícios da política em tempos de paz. Se houve a opção inicial pelo uso da força em detrimento a outros mecanismos de alocação de disputa, é porque estes aparentaram ser mais vantajosos. Uma vez que a dinâmica da violência das novas guerras – a combinação de elementos de insurgência, guerrilha e crime organizado – torna-se difundida, as possibilidades das partes de abandonarem essa forma de relacionamento social são poucas. Afinal, há a mudança na lógica que norteia o uso da força: se durante as guerras trinitárias a guerra é o fim e a violência é o meio, nas novas guerras o fim é a violência e o meio é a perpetuação da guerra, que traz benefícios imediatos (Keen, 2000, p. 29). Cria-se incentivos para que a violência se mantenha, impactando nas práticas sociais e na criação dos padrões de inclusão e exclusão inter- e intra-grupos. A paz se torna pouco atrativa – quando não indesejada, dado que as perspectivas que dela decorreriam não permitiriam aos beligerantes manter as expectativas que criaram a partir das dinâmicas da guerra.

As políticas de identidade constituem um importante aspecto para a compreensão das novas guerras não apenas em razão dos impactos que promovem no questionamento do papel do Estado e na forma como a violência organizada perde sua institucionalização característica, mas também serviriam para justificar práticas de homogeneização violenta em nome do controle de grupos políticos em determinadas regiões. Essas políticas de identidade, pelo próprio formato assumido, visando a exclusão e a formação de uma unidade sóciopolítica menos universalista, permite rever o modo como a força é utilizada socialmente. No entanto, não é apenas a questão da identidade a responsável pela mudança na natureza da violência: as políticas de identidade não sustentam, por si só, a continuidade, nem tampouco a prática reiterada da violência com base em rótulos.

Há de se pensar que, visto que a guerra e o uso da força são elementos originados da racionalidade política, a opção pela sua continuidade deve seguir direção semelhante e, portanto, deve oferecer benefícios que justifiquem a sua

utilização em detrimento a outros instrumentos: “the point of war may be precisely the legitimacy which it confers on actions that in peacetime would be punished as crimes” (Keen, 2000, p. 26). O Estado, posto em xeque a partir de sua (in)capacidade de suportar o antagonismo inter-grupos e oferecer condições de isonomia para eles, careceria das condições para organizar um sistema econômico produtivo ou, ao menos, inclusivo o suficiente para que não se precisasse recorrer à violência ou à formas ilícitas de comportamento para garantir a sobrevivência:

[t]erritorially-based production more or less collapses either as a result of liberalization and the withdrawn of state support, or through physical destruction (...), or because markets are cut off as a result of the disintegration of states, fighting, or deliberate blockades imposed by outside powers, or more likely, by fighting units on the ground, or because spare parts, raw material and fuel are impossible to acquire. In some cases, a few valuable commodities continue to be produced (...) and they provide a source of income for whoever can provide “protection” (Kaldor, 2001, p. 101).

A sociedade não conseguiria sobreviver através de meios próprios, levando à sua fragmentação e à dependência de grupos criminosos e da ajuda externa. Os beligerantes, orientados pelas e para as políticas de identidade, estimulariam a violência estrutural, *top-down*, como forma de manter sua superioridade sobre seus adversários e atingir os seus interesses, mesmo colocando em risco as estruturas estatais de produção e de sobrevivência socioeconômica. Isto geraria a depredação das vias oficiais de desenvolvimento econômico, esgotando as possibilidades de um crescimento sustentável. Percebe-se também o desenvolvimento de mecanismos informais de pressão sobre o mercado, como controle da distribuição de produtos e bens essenciais decorrente dos discursos motivadores das políticas de identidade, estimulando o mercado negro como fonte de obtenção de bens essenciais para a sobrevivência.

Em função do colapso das estruturas formais de controle e de produção, a população não encontraria as vias normais para manter suas relações econômicas e suprir suas necessidades. Em face da falta de opções de que isso decorreria, a espoliação dos recursos disponíveis à sua volta se inicia. Como parte desse movimento de tentar garantir a sobrevivência em um ambiente inóspito, grupos insatisfeitos começam a surgir, incorporando os clamores das políticas de identidade e acarretando a privatização da violência e a quebra dos padrões “normais” de política.

The violence may be intent on preserving their physical security; they may be looking for excitement or for the immediate rectification of a perceived wrong. They may also be following their own *economic* agendas. Even apparently mindless acts of violence can make sense in this context (Keen, 1998, p. 46).

Independentemente do formato, dos objetivos buscados ou do nível de institucionalização que possui, toda guerra depende de uma economia que a sustente, que gere recursos para a sua prática e que alimente os grupos beligerantes para que possam continuar engajados no esforço de guerra (Münkler, 2005). Crime organizado, banditismo e redes informais de comércio – muitas vezes ilegais – se tornam elementos frequentes e necessários nas novas guerras para que os beligerantes possam se manter ativos na busca por seus interesses e, de certo modo, captando adeptos para a sua “área de influência” (Keen, 1998; Jung, 2005; Andreas, 2008). A dinâmica econômica e economicista, bem como os fatores que dela decorrem constituiriam um segundo tipo de violência que não é percebido nas guerras institucionalizadas e que tornariam a natureza da violência das novas guerras diferente da praticada naqueles conflitos armados.

Essa violência seria orientada e originada pela violência *top-down*, mas assumiria aspectos *bottom-up* conforme fosse incorporada como parte das práticas sociais. A cooptação e incorporação de civis na prática da violência organizada seria a explicitação da quebra da institucionalização da guerra e da distinção entre combatentes e não-combatentes, trazendo uma nova perspectiva de violência às novas guerras e consolidando o seu caráter predatório em duas dimensões, indissociáveis. Um exemplo é a descrição da forma como crianças eram abduzidas por grupos beligerantes na África subsaariana para compor suas fileiras, tal como ilustrada pelo artigo de Robert Kaplan (1994).¹⁴³

Os elementos que evidenciariam a função da violência, ao mesmo tempo, colocariam em xeque a própria legitimidade de se buscar vias pacíficas para a transformação do conflito porque se por um lado evidenciariam mecanismos de

¹⁴³ Como parte do processo de sua formação como soldados, ao invés de receber treinamento para os combates, as crianças eram drogadas, de forma a alterar sua percepção da realidade e afastar o medo. Dopadas, elas eram obrigadas a matar ou violentar prisioneiros, para que qualquer constrangimento diante da prática da violência fosse superado. Finalmente, para evitar que fugissem de volta para as suas famílias, essas crianças eram marcadas com o símbolo do grupo e obrigadas a atacar seus próprios vilarejos, eliminando assim qualquer chance de retornar à sua vida pretérita. De diferentes maneiras, mas seguindo essa mesma lógica, essa prática se reproduzia em outras regiões do mundo, em outros cenários de guerra, impondo pesados custos para a sociedade uma vez que a guerra fosse encerrada.

garantir a sobrevivência e os interesses dos envolvidos, por outro deslegitimariam qualquer tentativa de conter a violência: não haveria alternativas para serem oferecidas aos beligerantes, nem tampouco aqueles que sofreriam com a violência.

Mais do que o objetivo político, esses grupos eram motivados pelas possibilidades econômicas decorrentes da guerra, que permitiam o enriquecimento rápido de indivíduos que antes dela nada possuíam (Ballentine, 2003; Andreas, 2008). Sem essa lucratividade decorrente da guerra, não haveria o interesse em privatizá-la (Münkler, 2005, p. 91). A economia incorpora, com isso, os aspectos da violência, o que faz com que Herfried Münkler considere este o aspecto mais importante das novas guerras.

Apesar da violência nas novas guerras apresentar como origem as políticas de identidade promovidas e manipuladas pelas elites, sua incorporação social se dá a partir da sua adoção por diversos segmentos da sociedade, sejam eles civis ou militares, como solução para os seus próprios problemas (Keen, 2000, p. 25). Aos poucos se percebe a formação de uma cultura da violência, que pode atender por diferentes nomes, mas que evidenciaria que a guerra seria não uma maneira de atingir interesses políticos, mas uma forma de assegurar a sobrevivência e a acumulação (Reno, 2000, p. 54).

Isso constituiria o fenômeno da violência de baixo para cima. Essa violência, intimamente conectada com a de cima para baixo, visa responder a demandas e a percepções de curto prazo quanto às condições – ou à percepção das condições – proporcionadas pela violência estrutural no processo de exclusão e de marginalização explicitados na seção anterior.

A continuidade dessas práticas de expropriação visariam o benefício pessoal dos envolvidos e não seriam motivados, *a priori*, em ideologias políticas ou militares. Há a imagem de benefícios a partir da expropriação dos bens dos excluídos, seja através de elementos tangíveis, como eletrodomésticos, dinheiro ou imóveis, seja através de condições intangíveis, como prestígio ou vantagens de natureza política, levando ao enriquecimento ou ascensão social.

Ainda que esses grupos e indivíduos pudessem ser associados a movimentos maiores, a falta de constrangimento social os levaria a se organizar de maneira a extrair melhores resultados, podendo ou não replicar as práticas da limpeza étnica

ou tão somente agirem de maneira criminosa, aproveitando-se do *gap* de autoridade – ou da sua convivência – para alcançar seus interesses. A perpetuação de tais práticas tornar-se-iam tão ou mais vantajosas do que aquelas encontradas em um cenário de paz. Diante da ponderação racional entre as possibilidades de ganho com a atividade criminosa e a inviabilidade de ascensão a partir de atividades pacíficas, indivíduos e grupos buscariam o que a eles parecia ser a única saída possível para alcançar seus interesses e necessidades. Para esses grupos, a prática da guerra se torna associada um modo de acumulação primitiva de recursos (Reno, 2000, p. 44), permitindo o crescimento de uns em detrimento de outros. Sob essa ótica, a violência antes entendida como irracional começa a fazer sentido (Keen, 2000, p. 21).

Essa busca por melhores condições seria escorada pelos sinais que receberiam das autoridades políticas, formais ou não, de que haveria carta branca para agir. A mera existência do conflito armado já possibilita que enxerguemos algum grau de impunidade, mas esta é aumentada a partir da própria incidência da violência *top-down*.

As oportunidades para os indivíduos se manterem afastados dos conflitos armados acabam por não existir diante dessa situação de insuficiência econômica e social ou se mostrarem menos atrativas do que a beligerância: a própria obtenção de bens, essenciais ou não para a sobrevivência, fica dependente da submissão e/ou adesão aos grupos beligerantes. A imagem que é transmitida para a sociedade é de que se tornar parte do conflito representaria não só a única chance de ascensão social e econômica, quicá de sobreviver às condições impostas pela violência.

A associação entre a ausência de oportunidades para viver dentro da legalidade e a necessidade de garantir os meios para a sua sobrevivência levaria, portanto, diversos indivíduos a buscar na prática da violência a solução para seus problemas. Isso explicaria tanto a adesão voluntária quanto a abdução forçada de jovens e crianças para a luta: “[t]he line between coercion and voluntary recruitment may be difficult to draw, particularly when attacks on civilians are widespread” (Keen, 1998, p. 45). A construção e manutenção de uma cultura de violência acaba por se basear e sustentar nesse contexto, tornando a violência um

fator de coesão social e de interação inter- e intra-grupos, como já vínhamos colocando por todo este capítulo.

4.3. Conclusão

Diante do exposto neste capítulo, sintetizamos nosso argumento de maneira a encaminhá-lo para o aspecto mais amplo desta tese. Acusando uma carência no tratamento da violência por parte das teorias de Segurança, trouxemos o fenômeno das novas guerras para explicitar tal deficiência.

As novas guerras não surgem nas agendas de Segurança porque remetem a um problema que se localizaria no vão deixado pelas teorias tradicionalistas e pelas teorias críticas. Enquanto as primeiras enxergam no uso, controle e ameaça da força o objeto de estudos da área (Walt, 1991), estas se limitariam a analisar os seus impactos na relação interestatal; as teorias críticas, por outro lado, fogem da violência e da força como objeto de estudos para levantar uma problematização sobre as questões que, em última instância, implicariam a sobrevivência dos atores políticos. O problema é que a dimensão da violência nas novas guerras é subteorizada e pouco analisada porque se encontraria no espaço do não-Estado, justamente o lócus onde a Segurança atuaria.

Neste sentido, expusemos que o problema envolvendo o uso da força e suas repercussões e conseqüências deixaram de ser o foco da Segurança e, com isso, perdeu-se a dimensão que evidencia a sua utilidade, sua conexão com a prática política. As novas guerras evidenciam tal fenômeno por trazer no uso da força a função que residia nas mãos do Estado e que, em razão da própria dinâmica que cerca esse tipo de conflito, demanda um entendimento diferente da forma como a força e a violência são percebidas e abordadas.

Mesmo com todas as mudanças que nos permitem pensar em guerras trinitárias e novas guerras, não aconteceu a alteração na sua natureza: a sua proposta continua a mesma, tal como a imagem idílica de Clausewitz, mas sob uma nova roupagem, continuando a ser o uso deliberado da força visando causar danos em outrem para atingir fins políticos. “[W]ar is organized violence

threatened or waged for political purposes. That is its nature. If the behaviour under scrutiny is other than that just defined, it is not war” (Gray, 2005, p. 30).

Logo – e correndo o risco de soarmos redundantes –, as novas guerras são e devem ser encaradas como guerras. O modo como a força é utilizada para gerar a violência é que foi alterado, assumindo novas dimensões e alvos (Kaldor, 2005, sp.). Mesmo com a quebra de antigas distinções, continuam a caracterizar ações políticas, mesmo que aparentando barbárie (Kaldor, 2001, p. 2), com o uso da força se tornando um elemento de interação e coesão social. As novas guerras são guerras e são novas.

As novas guerras trouxeram novos desafios, tanto no campo teórico quanto na área política. Diferentemente das guerras trinitárias, onde o uso da força era prescrito por uma série de normas e regras que determinavam a conduta civilizada na guerra, i.e., que atos seriam ou não aceitáveis, demarcando a separação entre a guerra e a paz, as novas guerras tornam tal distinção mais nebulosa.

Guerra e paz se tornam dois momentos que se sobrepõem, confundindo-se. A separação entre esses dois momentos passa a não mais existir, dado que as novas guerras criariam uma cultura de violência onde os mecanismos de alocação de disputas envolveriam o recurso à força e a capacidade de impor dano ao seu opositor, seja ele quem for e da maneira que se mostrar mais acessível.

Neste cenário, a violência consistiria em uma forma de relacionamento social. A quebra da institucionalização da violência organizada, decorrente do fim da separação trinitária clausewitziana se apresentaria como a causa principal da perda do caráter político que cercava a guerra e, com ele, a perda da racionalidade no uso da força. A perda do monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado e a sua conseqüente privatização da violência nas mãos de grupos não-estatais que a utilizariam para atingir fins econômicos ou identitários seriam sinais dessa mudança de natureza, afastando a utilidade política desse instrumento em nome de uma violência sem limites, sem alvos e baseada em clamores pré-estatais, não-modernos e, portanto, não-civilizados. Toda essa dinâmica aconteceria dentro da Segurança que, uma vez entendida como aprofundada, pode compreender e responder por si só a esses desafios, mantendo a sua autonomia e

coerência intelectuais e não mais sendo relegada a uma dimensão complementar de áreas como a economia, governança e a filosofia.

Mais, as novas guerras, ao ressaltarem identidades diferentes das estatais, rompem com o processo de identidades verticais para ressaltar identidades horizontais surgidas das novas redes transnacionais, dotadas de particularidades locais (Kaldor, 2001, p. 77-86). Daí remontaria a semelhança com o medievalismo, visto que a fidelidade ou a identidade de um grupo estava relacionada à uma lógica de fragmentação política que não se prendia, necessariamente, a uma figura de autoridade verticalmente situada, mas no sentimento de pertencimento a um grupo.

A perda do referencial estatal não causou a perda da sua natureza política, mesmo que pusesse em risco o que se entende como o espaço de atuação da Segurança. Isso se intensificaria graças aos impactos promovidos pela globalização na estrutura do Estado e nas formas de organização dos grupos que travam as novas guerras evidenciam a quebra das divisões culturais e sócio-econômicas que definiam a política moderna.

Mostramos que o uso da violência nas novas guerras tem como finalidade atingir fins políticos, mas não mais uma política de idéias, visando projetos para o futuro, de caráter universalista, para se focar em políticas de identidade, demandando o poder a partir do estabelecimento de rótulos de caráter excludente, exclusivo e tendente à fragmentação. Os objetivos das novas guerras continuam a ser políticos, mobilizando elementos como economia, identidade e violência (Kaldor, 2001, p. 110). A própria utilização da violência para alcançar esses objetivos já expõe o caráter político das novas guerras: toda forma de violência é política – e aqui não falamos apenas da violência praticada pelo Estado, mas também de violências étnicas, criminosas e ideológicas (M. Smith, 2005, p. 34-35).

Contudo, o pensamento moderno fez com que apenas a violência do Estado fosse colocada como política, afastando esse tipo de lógica dos outros tipos de violência. Algumas formas de violência seriam “mais políticas” que outras. Como, então, pensar nos desafios impostos pelas novas guerras à Segurança?

As guerras tradicionais tinham em sua natureza a capacidade de conjugar a violência de uma maneira politicamente relacionada aos objetivos buscados pelo Estado. Para alcançar seus objetivos e superar a resistência de seus adversários, também Estados, usava-se a força através dos exércitos estatais, de maneira direta, visando causar danos no outro Estado. Os danos dirigiam-se, até mesmo pela natureza da violência e do adversário, às capacidades dos Estados de se valerem da força para resistir e ameaçar outros Estados.

Nas novas guerras, a possibilidade de uso da força física não é afastada. Muito pelo contrário, o uso da violência direta é um dos aspectos mais visíveis do conflito armado, manifestado contra os indivíduos através de assassinatos sistemáticos de membros de determinado rótulo e da violência sexual. Contra coletividades podemos citar os cercos militares, como o de Sarajevo (Andreas, 2008), além de bombardeios e ataques contra cidades e vilarejos, entre outros (Kaplan, 1994; Gourevitch, 1998; Foer, 2004; Kuper, 2006).

A mudança na violência que se torna particularmente importante nas novas guerras – e que permitiria que chamássemos esse fenômeno de novo – é a utilização da força sem envolver alvos diretos, de forma quase invisível e inserida nas estruturas políticas da sociedade, mas tendo como objetivo promover danos contra grupos. A partir dos elementos que distinguiriam as novas guerras das guerras tradicionais, podemos perceber como essa forma de violência incide na sociedade, caracterizando o uso deliberado da força, militarizada e não-militarizada, para atingir fins políticos.